

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXXII

FLORIANÓPOLIS, 24 DE AGOSTO DE 2023

NÚMERO 8.400

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Edilson Massocco

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PTB

Líder: Napoleão Bernardes

Liderança dos Partidos

UB PSD

Jair Miotto Napoleão Bernardes

PTB

Delegado Egídio

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Volnei Weber

Liderança dos Partidos

MDB PSDB

Fernando Krelling Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁCIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PDT

Líder: Fabiano da Luz

Liderança dos Partidos

PT PDT

Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Sergio Motta

Liderança dos Partidos

PODEMOS NOVO

Lucas Neves

REPUBLICANOS

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: Pepê Collaço

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

Líder: Marquito

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Carlos Humberto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente

Volnei Weber - Vice-Presidente

Fabiano da Luz

Napoleão Bernardes

Sérgio Guimarães

Ana Campagnolo

Marcus Machado

Tiago Zilli

Pepê Collaço

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente

Fabiano da Luz - Vice-Presidente

Marcos Vieira

Sargento Lima

Carlos Humberto

Sérgio Guimarães

Jair Miotto

Pepê Collaço

Sergio Motta

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Lunelli - Presidente

Sérgio Guimarães - Vice-Presidente

Camilo Martins

Fabiano da Luz

Massocco

Oscar Gutz

Altair Silva

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente

Camilo Martins - Vice-Presidente

Neodi Saretta

Julio Garcia

Ivan Naatz

Emerson Stein

José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente

Volnei Weber - Vice-Presidente

Lucas Neves

Luciane Carminatti

Mario Motta

Sérgio Guimarães

Maurício Peixer

Lunelli

José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente

José Milton Scheffer - Vice-Presidente

Camilo Martins

Luciane Carminatti

Julio Garcia

Oscar Gutz

Nilso Berlanda

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente

Neodi Saretta - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Mario Motta

Carlos Humberto

Ana Campagnolo

Fabiano da Luz

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente

Lucas Neves - Vice-Presidente

Luciane Carminatti

Mario Motta

Jair Miotto

Ivan Naatz

Jessé Lopes

Lunelli

Fernando Krelling

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Altair Silva - Presidente

Massocco - Vice-Presidente

Camilo Martins

Neodi Saretta

Napoleão Bernardes

Oscar Gutz

Volnei Weber

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente

Matheus Cadorin - Vice-Presidente

Fabiano da Luz

Nilso Berlanda

Carlos Humberto

Marcos Vieira

Pepê Collaço

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente

Fabiano da Luz - Vice-Presidente

Lucas Neves

Julio Garcia

Carlos Humberto

Ivan Naatz

Lunelli

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Oscar Gutz - Presidente

Napoleão Bernardes - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Fabiano da Luz

Jessé Lopes

Dr. Vicente Caropreso

Marquito

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sergio Motta - Presidente

Mario Motta - Vice-Presidente

Neodi Saretta

Nilso Berlanda

Oscar Gutz

Emerson Stein

Altair Silva

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Sérgio Guimarães - Presidente

Altair Silva - Vice-Presidente

Lucas Neves

Fabiano da Luz

Sargento Lima

Oscar Gutz

Emerson Stein

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente

Napoleão Bernardes - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Luciane Carminatti

Sargento Lima

Tiago Zilli

Pepê Collaço

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente

Mario Motta - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Ana Campagnolo

Ivan Naatz

Fernando Krelling

Marquito

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mario Motta - Presidente

Tiago Zilli - Vice-Presidente

Sergio Motta

Luciane Carminatti

Marcus Machado

Oscar Gutz

Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente

Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente

Lucas Neves

Sérgio Guimarães

Maurício Peixer

Massocco

José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente

Nilso Berlanda - Vice-Presidente

Sergio Motta

Neodi Saretta

Jair Miotto

Ana Campagnolo

Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente

Jair Miotto - Vice-Presidente

Luciane Carminatti

Marcus Machado

Maurício Peixer

Fernando Krelling

Marquito

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente

Napoleão Bernardes - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Neodi Saretta

Nilso Berlanda

Ivan Naatz

Marquito

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Evandro Carlos Dos Santos Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa. Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXI NESTA EDIÇÃO: 40 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATAS.....2</p> <p>SESSÃO PLENÁRIA.....2</p> <p>COMISSÕES PERMANENTES...6</p> <p>PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO..... 28</p> <p>PROJETOS DE LEI..... 28</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 30</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 30</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO.. 35</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 35</p> <p>PORTARIAS..... 35</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 38</p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO..... 38</p> <p>EXTRATO..... 38</p> <p>PUBLICAÇÕES DIVERSAS..... 39</p> <p>ERRATAS..... 39</p>
---	--	--

CADERNO LEGISLATIVO

A T A S

SESSÃO PLENÁRIA

ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo – Camilo Martins - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso – Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Lucas Neves - Luciane Carminatti – Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta – Marquito – Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal – Napoleão Bernardes – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço – Repórter Sérgio Guimarães – Sargento Lima - Sergio Motta - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Maurício Eskudlark

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO LUNELLI (Orador) – Destaca a entrega, no dia de hoje, ao excelentíssimo senhor ex-Presidente, Michel Temer, do Título de Cidadão Catarinense.

Discorre que, apesar do seu pouco tempo na Presidência da República, o senhor Michel Temer deixou contribuições fundamentais na construção de um Brasil melhor, realizando a reforma trabalhista e alterando mais de 100 pontos da legislação. Lembra que esta foi uma reforma importantíssima, visando não somente a modernização da lei brasileira, mas também retirou do Estado a intermediação da negociação entre trabalhador e empregador. Cita que a reforma também cooperou para a diminuição dos processos injustos e infundados que assombravam qualquer empreendedor brasileiro.

Considera avanços importantes do ex-Governo Temer sobre o teto de gastos, comparando ao Governo atual, o qual deseja gastar cada vez mais de forma irresponsável. Diz que o Estado deve cuidar da segurança, educação e deixar a iniciativa privada realizar as demais demandas.

Fala que o ex-Presidente foi um grande modernizador da gestão pública, pois assumiu o Governo com inflação em dois dígitos e atolado em dívidas e, apesar disso, fortaleceu a política monetária, realizando reformas importantes e entregando um Governo positivo ao seu sucessor. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0347/2022, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Cultural Alquimídia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0361/2022, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Atlético Futebol Clube (AFC), de Balneário Barra do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0172/2023, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que altera o anexo único da Lei n° 18.531, que "Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado", para acrescentar a Semana Estadual de Identificação e Conscientização sobre a Dislexia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0362/2023, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca das obras de reforma da Escola de Educação Básica Rosina Nardi, do Município de Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0363/2023, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da previsão de pagamento das emendas suplementares apresentadas pelo gabinete do Deputado Neodi Saretta.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0364/2023, de autoria do Deputado Delegado Egidio, solicitando ao Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa informações acerca da evolução populacional carcerária no Estado nos últimos dez anos, bem como, das vagas ofertadas pelo sistema no mesmo período e do déficit atual.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o Deputado Delegado Egidio.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0365/2023, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando ao Secretário de Estado da Educação informações acerca da possibilidade de empregar recursos do FUNDEB visando expandir a presença de profissionais de psicologia e assistência social nas escolas estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 1339/2023, de autoria do Deputado Maurício Peixer, manifestando aplauso ao Santuário Senhor Bom Jesus, de Araquari, na pessoa do Diácono Adenilson de Goes Machado, pela realização da 170ª Festa do Senhor Bom Jesus.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 1368/2023, de autoria do Deputado Marquito, manifestando aplauso à Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, na pessoa do seu Secretário, pelo Programa de Redução de Danos implantado no Município.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 1369/2023, de autoria do Deputado Volnei Weber, manifestando apelo ao Governador do Estado que empreenda esforços para a convocação dos 144 concursados excedentes aptos do Concurso do Corpo de Bombeiros.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 1370/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, manifestando apelo ao Secretário de Estado da Educação que empreenda esforços para manter a Escola de Educação Básica Leopoldo Jacobsen, do Município de Taió, sob competência estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 1371/2023, de autoria do Deputado Lunelli, manifestando apelo Secretário de Estado da Segurança Pública para que seja instalada uma linha telefônica exclusiva para atendimento às emergências do Corpo de Bombeiros do Município de Pinhalzinho.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 1372/2023, de autoria do Deputado Pepê Collaço, manifestando apelo ao Presidente da Câmara Federal à aprovação ao PL 1.435/2022, que "Dispõe sobre a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS, com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0030/2023 e 0094/2023, de autoria do Deputado Volnei Weber; 0115/2023, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0896/2023 e 0900/2023, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes; 0897/2023 e 0898/2023, de autoria do Deputado Mário Motta; e 0899/2023, de autoria do Deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, solene, às 14h30, de Concessão do Título de Cidadão Catarinense ao Ex-Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

COMISSÕES PERMANENTES**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2023, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Senhores e senhoras, bom dia a todos.

Dando início às atividades propostas para a manhã de hoje, conforme Requerimento nº 0030/2023, aprovado nesta Comissão, teremos a explanação sobre a prevenção da febre aftosa no Estado de Santa Catarina.

Convido para compor a mesa os seguintes convidados: a doutora Sílvia Camargo Quintela, representando o superintendente do Instituto Mapa em Santa Catarina, senhor Fúlvio Brasil Rosar Neto; a doutora Celles Regina de Matos, presidente da Cidasc; o Deputado Federal Valdir Colatto, Secretário de Estado da Agricultura; o senhor Dirceu Leite, engenheiro agrônomo e presidente da Epagri; o senhor Gilmar Antônio Zanluchi, superintendente do Senar em Santa Catarina, neste ato representando o sempre Deputado José Zeferino Pedroso, presidente da Faesc; e o senhor Jorge Luiz de Lima, diretor executivo do Sindicarne.

Quero saudar as demais autoridades aqui presentes e, durante as falas, iremos citar os nomes das mesmas.

Declaro aberto o 6º Fórum Catarinense de Prevenção à Febre Aftosa.

Inicialmente passarei a palavra, por dois a três minutos, para que cada componente da mesa profira as suas saudações iniciais. No transcorrer do debate, haverá mais espaço para falas.

Passo a palavra para a doutora Sílvia Camargo Quintela.

A SRA. SILVIA CAMARGO QUINTELA – Muito obrigada.

Bom dia a todos.

Em nome do Presidente da Comissão da Agricultura, eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Hoje estou aqui representando a Superintendência Federal de Agricultura com muita alegria. Este é o 6º Fórum de Prevenção à Febre Aftosa e apesar do nosso certificado, que completou dezesseis anos, Santa Catarina sempre foi pioneira na agropecuária. Já são dezesseis anos de certificação livre sem vacinação. Contudo, a febre aftosa é uma doença conhecida por causar o maior impacto econômico na agropecuária mundial. Então, eventos como este são necessários para lembrarmos sempre de estarmos vigilantes, atuando na prevenção e na vigilância contra a febre aftosa.

Era isso o que eu tinha para falar. Em nome do Ministério da Agricultura, desejo um bom evento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado.

Passo a palavra para a presidente da Cidasc, doutora Celles Regina de Matos.

A SRA. CELLES REGINA DE MATOS – Bom dia a todos os presentes e aos que estão acompanhando o evento.

Cumprimento o nosso Secretário da Agricultura, Valdir Colatto; cumprimento também o Deputado Altair Silva e assim, por extensão, todas as autoridades e os colegas aqui presentes. Estou aqui representando todos os colaboradores da Cidasc neste importante dia de comemoração para todos os catarinenses. Posteriormente, farei uma fala mais específica sobre a febre aftosa. Portanto, por enquanto estou satisfeita em cumprimentar a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Obrigado.

Passo a palavra ao superintendente do Senar, o senhor Gilmar Antônio Zanluchi.

O SR. GILMAR ANTÔNIO ZANLUCHI – Muito bem.

Nessa oportunidade, estou aqui representando o nosso presidente, José Zeferino Pedroso, do Sistema Faesc/Senar-SC. Assim, quero saudar o Deputado Altair Silva, o Secretário Valdir Colatto, as demais autoridades, os demais Deputados e todos os que estão presentes ou assistindo *on-line*. Quero dizer que este é um momento oportuno de lembrar daquilo que já foi feito, daquilo que está se fazendo e de ter uma visão de futuro, uma visão de vanguarda. É também o momento de estarmos sempre alertas e informados, e esse Fórum é oportuno para que esse tema siga em voga, sempre com cunho preventivo e orientativo por parte de quem compete essas orientações.

Obrigado pelo convite é uma oportunidade ímpar estar junto com esta equipe, que tem prestado um grande trabalho. Com certeza no futuro, com essas orientações a campo que deverão que ser multiplicadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Passo a palavra para o Diretor do Sindicato das Indústrias de Carne e Derivados de Santa Catarina (Sindicarne), doutor Jorge Luiz de Lima.

O SR. JORGE LUIZ DE LIMA – Bom dia, Deputado.

O cumprimentando, cumprimento o Secretário Colatto e a todos os presentes aqui.

Sem dúvida alguma, a questão da prevenção à febre aftosa é uma consequência de um trabalho feito há pelo menos quarenta anos, tempo esse em que viemos escutando os relatos disso. Então, é extremamente importante para Santa Catarina, e depois iremos ver os aspectos relacionados à economia catarinense no que tange a todo um trabalho feito de sanidade no Estado de Santa Catarina há muito tempo. Então, quando tratamos aqui do tema aftosa, a prevenção à aftosa, não estamos tratando apenas de um evento único, estamos tratando do dia a dia, do nosso dia a dia, daquilo que fazemos, tanto no setor público quanto na iniciativa privada. Então, o fechamento do mês de maio com este evento aqui é, sem dúvida, só para nós relembrarmos aquilo que nós temos no nosso dia a dia.

Agradeço a oportunidade de poder estar aqui debatendo este tema e sempre reavivando na memória que cada pessoa é responsável, individualmente, por ações que nos competem à prevenção à febre aftosa e a todas as doenças circulantes que nós temos.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Dirceu Leite.

O SR. DIRCEU LEITE – Bom dia, Deputado Altair e demais membros da mesa. (*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

Há dezesseis anos, Deputados, tínhamos um marco quando assumimos essa condição de um Estado livre de febre aftosa sem vacinação. Isso permitiu a abertura de novas exportações, pois é um setor de extrema importância para o Estado. É um setor que move a economia responsável por grande parte das nossas exportações aqui no Estado, gerando trabalho e renda no campo. A Epagri tem uma visão de parabenizar as ações que o governo tomou ao longo da história, tanto no início, Jorge, quando se falava nas campanhas de vacinação, o que foi um diferencial, como também pela coragem que tivemos dezesseis anos atrás, de tornar o Estado livre de febre aftosa sem vacinação. Conseguiu esse certificado e promoveu um avanço no setor da carne no nosso Estado. Isso é importante. E hoje temos uma doença sorrateira que está nos rodeando, mas mantemos, através do trabalho que a Cidasc, que o Icasa e que toda rede do Sindicarne vem fazendo, a condição de Estado livre de febre aftosa sem vacinação. Com certeza, isso representa um marco importante que faz parte da nossa história. É importante essa data para marcar isso e manter sempre alerta a situação, porque é difícil conseguir e fácil perder.

Quero parabenizar a Cidasc, o Icasa e todo o governo pelo trabalho de prevenção, porque isso tem promovido ganhos para a nossa agricultura.

Muito obrigado, um bom Fórum a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito Obrigado.

Passo a palavra para o Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, o senhor Valdir Colatto.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO VALDIR COLATTO (Santa Catarina) – Bom dia a todos.

É uma alegria estar aqui, Presidente Altair, nesta reunião da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa. Cumprimento você, o José Milton, o Oscar, o Massocco e os nossos outros Deputados que estão nos vendo. Este evento é importante e eu quero agradecer à Assembleia Legislativa por dar oportunidades para que o nosso time da Secretaria da Agricultura, a Cidasc, aqui com a Celles; a Epagri, com o Oscar; o Ministério da Agricultura, com a Sílvia; essa parceria com o Senar e com o Icasa, que está aqui conosco, o Osvaldo; todos que fazem parte há muitos anos desse trabalho; o nosso Sindicarne, que está presente aqui conosco. Quero dizer que essa é uma parceria que deu certo e que vai continuar dando certo, porque nós vamos continuar esse trabalho, não só na questão da aftosa, comemorando os dezesseis anos, mas também em outras epizootias que tem aí.

Eu tive o privilégio de estar na entrega do certificado de Santa Catarina livre de aftosa, lá em Paris, com o ex-Governador Eduardo Pinho Moreira, e com certeza é uma história que vem se desenvolvendo ano a ano e nós

continuamos esse trabalho. Santa Catarina é, cada vez mais, um Estado de excelência na defesa sanitária e é por isso que nós temos os números - que depois nossos palestrantes vão colocar, - do avanço e do prestígio que Santa Catarina tem, dos produtos que Santa Catarina tem e que muito nos orgulha. A Secretaria da Agricultura vai continuar esse trabalho, com certeza, e precisa da participação de todos. Nós, aqui da Assembleia Legislativa, e o Governador do Estado, Jorginho Mello, está nos apoiando nesse processo, e claro, nós temos que aplaudir os nossos produtores, os agricultores que são realmente aí. Está aí o Losivanio, que é o nosso presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suíno (ACCS), que participa em homenagem aos nossos produtores. Eu cumprimento o Losivanio Luiz de Lorenzi, porque não é por acaso que a suinocultura é a nossa maior exportação no Brasil, como também outros animais. Estamos enfrentando a questão da Influenza, com todos participando com muito cuidado, para que nós possamos continuar com esse estado de excelência que nós precisamos ter. Continuar para que Santa Catarina realmente se destaque na produção de qualidade, não só para os catarinenses, mas para o mundo afora, mundo que busca os nossos produtos. Por isso, acho que esse trabalho deve continuar, nós vamos dar todo o apoio e, com certeza, o grupo da Secretaria da Agricultura, juntamente com a Assembleia e com todas as forças que nos ajudam, nós vamos continuar esse trabalho e, com certeza, o sucesso vai continuar.

Parabéns a quem está trabalhando e a quem vai continuar nessa caminhada, que é de todos nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Passo a palavra para o senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e ex-Presidente da Comissão de Agricultura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Bom dia a todos.

É uma alegria começar esta semana com um Fórum tão importante para a agropecuária catarinense. Em especial, eu quero cumprimentar a Celles, e em seu nome todos os funcionários da Cidasc, porque se este Fórum que está existindo aqui para não esquecermos e tratarmos estratégias com relação à febre aftosa, o DNA, a criação da Cidasc tem muito a ver com isso. Eu era menino e tinha ainda franja quando eu via pessoas contratadas pela Cafasc para fazer vacinação. E nós tínhamos uma agropecuária em Sombrio e nós vendíamos a vacina, e as pessoas compravam, pegavam a nota e alguns, Colatto, jogavam fora porque não tinham o entendimento da grandiosidade que era aquela campanha. Nós estamos falando de trinta, quarenta anos atrás, né, e a precursora da Cidasc. E hoje nós temos muito *status*, então queria cumprimentar todos os funcionários da Cidasc pela dedicação. Nós devemos muito a essa companhia o *status* sanitário de Santa Catarina.

Quero cumprimentar, de maneira muito especial, o Secretário Colatto, que está em uma missão importante. É um homem preparado que está no lugar certo, na Secretaria de Agricultura, para nos ajudar nesse desafio e em outros que estão para vir, seja sempre muito bem-vindo aqui. O Gilmar, que aqui representa a Federação da Agricultura e, portanto, todo o segmento agropecuário de Santa Catarina, no Senar também tem uma participação muito forte; o Sindicarne e o Icasa, que fazem parte desse contexto. Se nós temos hoje uma indústria da proteína animal que nos orgulha em Santa Catarina, Deputado Oscar Gutz, nós temos muito a ver com o *status* sanitário. Foi aqui que tudo começou, Massocco, sem o *status* sanitário nós não exportaríamos um leitão para nenhum país da Europa, nada, e isso que nos permite. Então este Fórum, Deputado Altair, é muito importante e fico muito feliz. Nós temos que ter noção da grandiosidade que é o nosso certificado sanitário, o que ele significou, não para nós que estamos aqui na Assembleia, mas para o agricultor, que é onde começa toda essa cadeia produtiva, para os trabalhadores das agroindústrias, para economia, o Estado precisa enxergar a agricultura também como fonte de receita. Olha toda a cadeia produtiva da proteína animal, lá do cara que leva a ração, do agricultor, até embarcar num porto, quantos impostos de combustível, disso e daquilo, a cadeia produtiva da carne gera para Santa Catarina. Nem sempre o Poder Executivo, muitas vezes os técnicos da Secretaria da Fazenda, enxergam essa grandiosidade. Mas cabe a nós, que temos ligação com o setor, Losivanio, fazer isso, mostrar isso para a sociedade catarinense. E esse Fórum é algo para ser comemorado, é algo para nós mantermos e aqui aprendermos, para que esse certificado possa ser mantido ao longo dos anos, tornando o nosso Estado referência.

Então era isso. Sejam todos muito bem-vindos e muito obrigado pela oportunidade de estar participando.

[Transcrição: Rafael José de Souza / Revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Passo a palavra para o senhor Deputado Oscar Gutz, que saiu às três horas da manhã de Pouso Redondo para estar aqui prestigiando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL OSCAR GUTZ – Com certeza, Presidente. Quero cumprimentar aqui o pessoal da Cidasc, da Epagri, do Icasa, e todos os participantes. E também os Deputados, o Deputado Massocco, o Deputado Altair e o nosso Secretário da Agricultura, Valdir Colatto, uma grande pessoa que conhece do ramo. E quero parabenizar a todos os funcionários do setor, eles que fazem frente, junto conosco, para nós termos esse movimento, esse belo trabalho no Estado. Nós ficamos muito felizes, até porque nós somos colonos, se tivermos que nos levantar às três horas da manhã de novo para participar, nós levantamos, não tem problema, porque é a nossa área, o nosso ramo.

Bom Fórum a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Passo a palavra para o senhor Deputado Massocco, nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, que é da “capital” catarinense do movimento econômico agropecuário, Concórdia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MASSOCCO – Bom dia. Bom dia ao nosso Presidente, Deputado Altair, homem que conhece muito também do Agronegócio. Aliás, a nossa Comissão é constituída de pessoas que realmente conhecem do agro. E em nome do Deputado Altair, quero cumprimentar o Deputado Oscar, que está aqui ao meu lado, o Deputado Milton Scheffer, o Secretário Colatto que, como já foi dito aqui, está na pasta certa. O Governo Jorginho tem trabalhado muito para que os cargos sejam o mais técnico possível, para que se possa ter bons resultados. E quero saudar aqui também o Dirceu, que é o Presidente da Epagri, a Celles, enfim, todos vocês que se fazem aqui presentes, o Losivanio e, em seu nome, todos os demais que nos acompanham. E quero parabenizar o trabalho da Cidasc e de toda a equipe, da Epagri e de toda a equipe. Ninguém faz nada sozinho. Só se vence, se conquista algo e se traz bons resultados quando o trabalho é feito em grupo. E o trabalho que vocês desenvolvem não é de agora, é de muitos anos, como já foi mencionado aqui e a importância de conseguir manter esse trabalho para que se possa ter bons resultados. A minha fala é nesse sentido, como o Altair falou, Concórdia é berço do Agronegócio, a cidade é o maior produtor de leite, o maior produtor de suínos, o maior produtor de aves, mas nem por isso, diminui os demais. O agro é muito forte em Santa Catarina, representa mais de 40% das exportações de Santa Catarina, para ver a importância do agro e a importância de manter realmente esses cuidados, para que se possa manter os bons resultados e o agro só ter a crescer. Então, da minha parte era isso. Estamos aí para contribuir com o governo, com a Cidasc, com a Epagri e, em especial, com todos os produtores rurais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Passo a palavra para o senhor Deputado Neodi Saretta, que participa de forma remota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NEODI SARETTA – Senhor Presidente, Deputado Altair, a minha saudação e a todos os membros da mesa, do Fórum, a todos os que acompanham esse evento.

Acho que nós estamos diante de um momento importante, de continuar sempre essa prevenção e esse debate em relação à febre aftosa. Acompanho isso desde quando Santa Catarina foi declarada, na ocasião, livre de febre aftosa com vacinação. O Secretário Colatto falou que esteve no evento quando Santa Catarina recebeu o certificado sem vacinação. E eu até lembro de um pouco antes ainda, Colatto, quando, antes disso, foi aquele primeiro certificado com vacinação, para depois evoluir e termos esse outro *status*. Então, é importante estarmos sempre vigilantes, as nossas entidades, o governo do Estado, a Secretaria da Agricultura e, especialmente, através da Cidasc e dos seus órgãos, estarmos sempre atentos. E é muito importante também este evento, Deputado Altair, quero parabenizá-lo também pela organização, por termos este momento e podermos debater.

Um bom evento a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Passo a palavra para o senhor Deputado Camilo Martins, que está em trânsito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CAMILO MARTINS - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Altair e os demais Deputados presentes, o nosso Secretário da Agricultura, Valdir Colatto e toda a equipe da Secretaria da Agricultura. Primeiro, quero pedir desculpa por eu não estar presente nesse evento tão importante e parabenizar a todos os envolvidos nessa questão da febre aftosa, que nós somos referência para o Brasil. Esse tema é de suma importância, eu conheço porque tenho um pezinho no agro, então fico muito feliz por estar participando. Desejo a todos um excelente evento e sucesso aí, Deputado Altair, na Presidência dessa nobre e importante Comissão.

Um forte abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado. Acredito que deve ter caído o sinal do Deputado Volnei e o Deputado Napoleão Bernardes, que acaba de chegar, também vai deixar para falar mais à frente. E não havendo outros oradores inscritos, nós vamos dar sequência aos trabalhos. Em seguida vamos ter uma apresentação sobre a importância das certificações sanitárias na visão do produtor rural, com a senhora Márcia Stuelp, produtora rural da Granja da Lagoa, unidade produtora de leitão do Município de São João do Oeste, lá quase na fronteira com a Argentina.

Então, com a palavra a produtora rural, senhora Márcia Stuelp.

A SRA. MÁRCIA STUELPE – Bom dia pessoal. É um prazer estar aqui, eu venho do oeste catarinense, fui convidada para participar deste evento e para mim é uma honra. Como produtora rural, eu sei da importância deste evento, eu venho acompanhando. Mas gostaria de deixar claro que eu não sou palestrante, eu sou produtora, então, já peço desculpas por algum erro, eu sou realmente produtora, venho lá do interior para dar a minha colaboração para este evento.

(Procede-se à projeção de vídeo ilustrativo para falar sobre o tema.)

Fiz questão de trazer uma pequena apresentação da nossa granja, da nossa propriedade lá em São João do Oeste.
(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Então, como já me apresentaram, meu nome é Márcia. Eu sou proprietária da Granja da Lagoa e trabalho com o Agronegócio já há muitos anos, também sou proprietária de uma empresa fabricante de equipamentos para suinocultura. Sou apaixonada pelo Agronegócio há muitos anos e estou em obras, fazendo outra granja. E isso não vem da veia, eu me apaixonei pelo Agronegócio há dezoito anos, como vendedora de equipamentos. Então, essas são as minhas empresas, as minhas propriedades.

Fui convidada para falar um pouco, hoje, sobre a importância das certificações sanitárias na visão dos produtores rurais. Como nós, produtores, vemos essas certificações e como nós vemos o crescimento da suinocultura ao longo desses vinte anos, em função de tudo isso que está acontecendo e dessas certificações.

Eu tenho a certeza de que muitos produtores, hoje, ainda não conhecem, não se flagram ainda da importância dessas certificações para o nosso Estado, para o nosso *status* sanitário. Nós sabemos que a suinocultura alavancou muito em função disso. As agroindústrias cresceram muito. As exportações, o mercado externo, hoje, está procurando o Estado de Santa Catarina em função disso. Então, nós, como produtores, temos que ter ciência e sabermos da importância de tudo isso e fazermos a nossa parte no dia a dia das granjas, porque eu acho que existe o trabalho da Cidasc e do Icasa, mas o produtor tem que fazer a sua parte lá na sua propriedade, para não deixar que nada entre nessa propriedade. Então, no momento que nós perdermos esse *status* sanitário, vai ficar ruim para todo mundo, para nós produtores, para as agroindústrias, para as exportações. Para quem, a partir deste momento, nós vamos vender o nosso produto? Então, eu acho que a partir dali, nós temos que alertar e cada vez mais trabalhar em cima disso para os produtores hoje, terem ciência da importância desse *status* para o Estado.

Nós, na nossa granja, fazemos a nossa parte. Nós temos hoje um controle sanitário rigoroso na nossa propriedade, e eu acho que se cada um fizesse a sua parte, seria muito bom. Nós temos a área suja e a área limpa, na área suja da nossa granja, no momento que qualquer pessoa, funcionário, equipe técnica da empresa integradora, chega, é lá que tem que deixar suas roupas, seus calçados, seus utensílios, porque não pode entrar nada para dentro da nossa granja. E em seguida tem que passar para a área do banho, que é uma área extremamente importante para que não se leve as doenças que estão no lado de fora da porta, para dentro da granja. O banho é muito importante nesse momento, nós temos um controle muito rigoroso em cima do banho e, inclusive, das roupas, as roupas que são usadas dentro da propriedade, dentro da nossa granja, são roupas só da granja, não pode entrar roupa de fora, calçados de fora e tudo o que nós temos dentro da granja é lavado lá dentro, é higienizado lá dentro, então, não pode sair de lá e nem entrar nada de fora para dentro.

Outra coisa que nós temos também um controle rigoroso é a questão da desinfecção, qualquer equipe ou empresa que vai fazer uma visita, equipe de manutenção, porque volta e meia dá problema na parte da luz, como a granja é toda climatizada, moderna, a cada pouco dá algum problema, é uma manutenção que tem que fazer, as equipes que vêm de fora para fazer essas manutenções, passam pelo fumigador, que é desinfetado com formol. Não pode entrar nada, até o celular tem que passar pelo fumigador porque é através dessas coisas que entram as doenças na granja. E o que nós também controlamos bastante é o vazio sanitário. Qualquer equipe técnica, qualquer pessoa que chega lá para fazer alguma manutenção, tem que ter o vazio sanitário de 72 horas, senão não pode entrar na granja. Por isso a nossa granja tem esse controle, nós também

pegamos a assinatura das pessoas que entram lá, tem que assinar o nome e certificar que por tanto tempo não esteve em outra propriedade, porque pode estar trazendo alguma coisa para dentro que complica. [*Transcrição: Marivânia Pizzi*]

Então, como eu já falei, o controle da assinatura da pessoa que entra lá e nós também fazemos um treinamento constante com os colaboradores. Nós expomos materiais de divulgação, há em vários lugares exposto esse material de divulgação das doenças, para que se eles perceberem alguma anomalia, alguma coisa que está errada, prontamente já verificar, averiguar o que está acontecendo. O que a gente também cuida muito, é que os colaboradores que estão na nossa granja, que trabalham conosco, eles não podem ter contato com outro suíno fora da granja. Eles não podem ter suínos em casa, de forma alguma, isso já é regra no momento em que é contratado, porque alguns desses colaboradores também moram no interior, mas eles não podem ter nenhum contato com outros suínos, decorrente do trabalho deles. E, muitas pessoas têm o hábito de nos finais de semana visitar algum parente, algum amigo, “ah, vamos lá, estou com um porquinho lá, vamos dar uma olhada”, a gente também tem essa parte que a gente controla e proíbe, né?

Então eu acho bem interessante isso para não trazer nenhuma doença na segunda-feira, para a granja. Tanto que as granjas não param, é de segunda a segunda, 24 horas por dia. E a gente orienta, também, os nossos colaboradores para não omitir nenhuma informação, tudo que acontece lá, se tem alguma coisa de errado, para não omitir nenhuma informação para nós, para o pessoal da empresa integradora, avisar o técnico, equipe veterinária, então a gente quer que eles falem tudo que está acontecendo, se perceberam alguma coisa de anormal, comuniquem imediatamente. Até porque a gente tem a ciência de tudo isso que está acontecendo agora com a questão da Influenza Aviária.

Eu acho que a gente tem que ter todo esse cuidado nas nossas granjas para que nada consiga entrar. A gente não quer nenhuma omissão de informação de tudo que está acontecendo, qualquer coisa errada. O que nós fazemos quando percebemos algumas anomalias nos animais, é um tópico bem importante que eu coloquei, primeiramente, não podemos omitir nenhuma informação para a empresa integradora, nós vemos que muitas vezes as pessoas não falam a verdade porque eles pensam na questão de ter uma parcela para pagar, imaginando o prejuízo financeiro que a granja pode dar para ele, que a granja pode ser interditada, então assim, tem que ter esse diálogo com a empresa integradora, se acontecer alguma coisa as empresas estão ali, dispostas a ajudar. Elas não vão deixar o produtor na mão. Eles não podem deixar de informar os órgãos competentes porque se for só uma granja que tem problema, eu acho que é bem fácil da empresa integradora resolver a questão financeira, mas se o problema se espalhar, vai começar dez, quinze, vinte granjas com problema, eu acho que vai ficar bem mais difícil para as empresas ajudarem esses produtores. Então, eu acho que é bem importante passar logo essas informações para que as empresas tomem as atitudes certas e o prejuízo econômico, financeiro, não seja tão grande.

Eu vim aqui no mês passado, em abril, apesar de todos esses cuidados que a gente tem na nossa granja, a gente teve um problema sanitário e imediatamente a gente, então, informou a empresa integradora e a equipe técnica veterinária, eles vieram averiguar e eles viram que fugiu do controle. A gente se dispôs imediatamente a avisar a Cidasc e prontamente eles vieram no mesmo dia, até a noite, eles vieram parabenizar a equipe da Cidasc, fizeram a coleta de material, então assim, eu achei muito importante. Eles não deixaram para outro dia, eles estiveram na nossa granja, eu mesmo acompanhei, até perto das duas horas da manhã, eles estavam fazendo coleta de material, indo de um pavilhão para o outro, olhando as fêmeas, vendo o que poderia estar acontecendo, então a gente teve uma mortalidade alta, do número de leitões nascidos naquela semana, e claro, prejuízo econômico, financeiro, vai existir daqui alguns dias, mas a gente teve um dialogo com a empresa integradora, eles vão nos auxiliar nessa parte, eu achei muito importante. Por isso que eu vim como produtora, colocar para as pessoas, para os produtores não omitirem. Chamar, logo, os órgãos competentes e ver o que está acontecendo.

Mas teve uma semana bem difícil, a gente não dormiu porque estávamos muito preocupados, mas graças a Deus deu negativo o resultado dos exames, a gente não sabe o que houve, na realidade ainda faltam alguns exames virem, a equipe técnica vir coletar de novo, de outras doenças que eles fizeram, e tomara que não seja uma coisa muito grave, mas eu acho que passou. Porém, achei bem importante a gente avisar os órgãos competentes.

Muitas vezes a gente sabe que muitos produtores, como a gente conhece todo mundo, muitos não seguem e não respeitam as orientações, né. Então, a nossa granja fica interditada por alguns dias, a gente teve que cancelar carregamentos de carregamentos de fêmeas descartes e não podia vir leitoas, então a gente sabe dessas regras e

tem que respeitar isso. Eu acho bem importante, por isso que eu vim aqui nesse fórum colocar uma posição e orientar todos os produtores, sobre a importância de tudo isso.

Então essas fotos (*aponta para a imagem*) são lá da granja, as fêmeas que estavam com algumas feridas no focinho e algumas bolhas, que ficou bem preocupante. E os leitões ficaram desse jeito, completamente desidratados, então, a gente teve uma mortalidade muito alta de leitões, não teve o que fazer, tem que aceitar, tem que encarar e tem que tentar resolver da melhor forma possível.

Uma mensagem que eu quero deixar para todos os suinicultores, que não podemos ter medo de avisar os órgãos competentes. Porque não se trata de um problema apenas da granja, e sim, um problema sanitário sério, que poderá colocar em risco a cadeia produtiva de um Estado inteiro. Então, essa é uma mensagem que eu quero deixar para os produtores. E, eu acho que cada um tem que fazer a sua parte e se unir para continuarmos com esse *status* sanitário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado, parabéns. Parabéns também por liderar o empreendimento, isso demonstra coragem, determinação e, principalmente, liderança.

Passo a palavra para a presidente da Cidasc, doutora Celles Regina de Matos.

Também quero registrar a presença do nosso amigo, Deputado Maurício Peixer. Para quem não sabe, Peixer é um sobrenome italiano, embora Peixer venha de pesco, só que a tradução para o português acabou virando Peixer. Os colegas que têm outros compromissos, fiquem à vontade. Nós seguiremos com o trabalho aqui, representando vossas excelências.

Obrigado.

A SRA. CELLES REGINA DE MATOS – Eu quero começar agradecendo a Márcia, vou te chamar com essa intimidade porque a gente trabalha junto, a gente busca a mesma coisa, a gente é de casa, né?

A SRA. MÁRCIA STUERP – Verdade.

A SRA. CELLES REGINA DE MATOS – Márcia, as tuas palavras são muito importantes para nós, servidores do Estado porque trazem a vista de todos, um reconhecimento pelo trabalho de prevenção que fazemos. Às vezes, às duas da manhã, e que não aparece na TV, não aparece aqui ou ali, mas o produtor rural sabe o trabalho de apoio, a mão amiga que a gente estende antes que se perca o controle das doenças, está lá a Cidasc, a Secretaria da Agricultura, o governo do Estado, com o produtor. Essa é a nossa razão de ser. Eu gostaria de falar neste momento em soma ao que a produtora rural colocou, palavras de biossegurança, palavras da importância da notificação dos casos, de compartilhar as situações sem medo, mas pedindo ajuda. E eu gostaria de falar, também, um pouco sobre o histórico do que hoje, aqui, estamos comemorando, a certificação da área livre de febre aftosa sem vacinação.

Então, o Secretário esteve em Paris na entrega, né, Secretário? A minha história com a febre aftosa não é tão glamurosa. Eu estava vacinando (*ri*) aquele tempo, Secretário, que quando eu comecei minha carreira eu fui vacinar de casa em casa, treinei vacinadores e aqui é capaz de ter muita gente, também. Está aqui o colega Tiago, que também participou, a gente ia vacinar o gado nas casas.

Nesse mês, dia 25 de maio de 2023, toda a sociedade catarinense comemorou dezesseis anos de conquista do reconhecimento internacional da condição de área livre de febre aftosa sem a vacinação. A certificação que mudou os rumos da história do nosso Estado. A jornada até esta conquista, que é de conhecimento dos mais experientes e que precisa ser contada aos mais jovens, vem de muito tempo, bem antes de 1965, ano em que a Lei nº 3783/65 tornou obrigatório o combate a doença Estado, e que no ano seguinte culminou com o início das atividades da Cafasc, lembra aí, Tiago. Campanha contra a febre aftosa em Santa Catarina. Nessa época o caráter empreendedor do catarinense dava amostras já do seu vigor, representados por grandes plantas frigoríficas no oeste do Estado, Jorge, que já sentiu a necessidade de aumentar seus mercados com a exportação de sua produção.

O último foco de animais do Estado foi identificado em 1991, e em 1993 houve o registro oficial do último foco em um abatedouro, em animais vindos de fora do nosso território. Continuamos vacinando nossos bovinos até o ano de 2000, duas vezes por ano, 100% das propriedades, 100% dos bovinos, não foi, Adilson?

(*O senhor Adilson manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Quando a participação de vacinadores do programa Agulha Oficial foi fundamental para que a doença não fosse mais identificada em propriedades de Santa Catarina. E aí foram produtores rurais treinados e que foram ajudar a vacinar. Já

tínhamos o reconhecimento nacional da condição sanitária. Mas, o objetivo era o reconhecimento internacional, Secretário. Já estávamos desde maio de 2000 sem o ingresso de animais vacinados contra a doença, no Estado. Nós nos mantivemos firmes em não voltar a vacinar quando a enfermidade retornou ao Rio Grande do Sul, no mesmo ano, o que se mostrou uma decisão acertada, mas que a época fora muito difícil, pois não era rotina o uso dos modelos de simulação de espalhamento de doenças, nem a tecnologia que agora existe, havia. Foi quase que na obstinação e no compromisso compartilhado entre o serviço veterinário oficial, o setor produtivo e a classe política. Nesse período, entre a proibição da vacinação dos rebanhos e reconhecimento internacional, houve uma evolução significativa tanto no setor privado, quanto no setor público, com a modernização e ampliação de suas capacidades operacionais.

O Estado, com a soma dos esforços de todos os setores já tinha feito a sua parte e o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação em ato da 75ª Assembleia Geral da antiga Organização Internacional de Epizootias (OIE), hoje a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) realizada no período de 20 a 25 de maio de 2007, em Paris, chancelou todo esse trabalho, com a presença do nosso Secretário Valdir Colatto. [*Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar*]

A evolução na condição sanitária nos permitiu dar um salto na conquista dos mercados. Temos, hoje, os nossos produtos oriundos do agronegócio, como proteínas de suínos e aves, especialmente, em mais de 150 países, além do fato de que hoje a Cidasc também é reconhecida pela população como empresa que é sinônimo de excelência em sanidade agropecuária, que protege a saúde das pessoas e garante o alto nível de qualidade dos produtos de origem animal e vegetal do campo à mesa dos catarinenses. E as conquistas não param por aí. O Estado direcionou esforços para uma nova certificação internacional, a Área Livre de Peste Suína Clássica, há oito anos.

Estamos, agora, vivendo um outro tempo, onde a manutenção do que conquistamos é um novo desafio. Onde a necessidade de fortalecermos as parcerias entre as partes interessadas se faz cada vez mais necessário. Assim como o setor produtivo e seus representantes apresentam em constante modernização, o serviço veterinário oficial e seus colaboradores também entenderam a necessidade de evolução, iniciada com o fortalecimento expressivo do seu corpo técnico, bem como dos demais setores da empresa. O uso da tecnologia foi incorporado à rotina de trabalho, tornando as ações mais direcionadas aos riscos para as doenças, para cada doença, com a consequente otimização das atividades executadas.

Vivemos um novo tempo, desde que conquistamos a condição de livre de febre aftosa sem vacinação há 16 anos atrás. Somos o único Estado da Federação que possui todo o rebanho bovino identificado individualmente. O que nasceu em 2008 como Projeto de Identificação Individual de Bovinos e Bubalinos – PIB-SC, hoje cresceu, e é chamado de Sistema de Identificação Individual e Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos de Santa Catarina – SRBOV-SC. Após 15 anos de evolução, temos uma ferramenta poderosa para as ações de defesa sanitária animal, com a possibilidade de identificarmos as movimentações dos animais de forma individualizada, podendo se saber por onde cada animal passou e onde pode ter contraído ou deixado alguma doença. Essa rastreabilidade, que podemos aplicar ao controle de doenças, também vem se estabelecendo como importante fator na disputa de mercados, e novamente Santa Catarina está um passo à frente de seus concorrentes. Neste contexto, e não por acaso, estamos dedicando o mês de maio às ações de promoção da saúde dos animais de produção, com ações de comunicação e educação sanitária em todo o Estado. Pretendemos sensibilizar a sociedade catarinense sobre a responsabilidade compartilhada que trouxe aqui a produtora Márcia na manutenção das certificações sanitárias conquistadas.

Santa Catarina sempre foi referência em inovação e sempre será. As atividades de atualização do cadastro agropecuário, que já é um dos mais completos do País, ganharam nova formatação neste mês de maio, e nessa etapa o produtor poderá, de forma proativa e de fácil acesso, interagir com os sistemas informatizados, mantendo o seu cadastro sempre atualizado. Entendemos que a efetividade das ações em defesa agropecuária, principalmente a rápida e precisa resposta, no caso de identificação de eventual foco de doença, está diretamente relacionada com a completude das informações registradas no cadastro, sendo isso fundamental para a redução dos impactos negativos advindos de um evento sanitário, caso ele ocorra.

Lembro ainda e reforço as palavras da produtora, que estamos vivendo uma situação também de emergência zoossanitária de Influenza Aviária, quero usar o momento para lembrar que as duas palavras de ordem são mais do que nunca: biossegurança. Aquelas coisas simples que fazem toda a diferença, com disciplina e a notificação, em caso de suspeita acionar a Cidasc.

E tendo passado trinta dias em uma agenda intensa de celebração pela sanidade animal, vegetal, saúde pública e pela excelência no combate à febre aftosa no Estado de Santa Catarina, cabe aqui bradar: parabéns à Santa Catarina e a todos os catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado pela explanação.

Passo a palavra para o diretor do Sindicato das Indústrias de Carne e Derivados de Santa Catarina – Sindicarne –, senhor Jorge Luiz de Lima.

O SR. JORGE LUIZ DE LIMA – Obrigado, Deputado. Mais uma vez cumprimento todos.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Vou trazer um pouquinho do aspecto econômico do Estado e da importância do certificado sanitário. A Márcia disse que não, que ela não está acostumada a falar, mas já ouvi a Márcia várias vezes. Ela é uma produtora exemplar, é uma produtora que toma para si as dores da sua propriedade, as dores daquilo que ela faz com uma paixão incrível. Então assim, a Márcia tem sido referência, hoje, quando a gente fala: vamos trazer alguém para falar. Então eu acho de extrema importância ouvirmos o aspecto que a Márcia traz. Ela, de fato, tem um foco muito grande nas questões de biossegurança dentro da propriedade.

E queria aproveitar a fala dela para iniciar, antes de entrar no tema específico, com o que aconteceu na propriedade da Márcia. Eu experimentei, em 2019, de maneira muito efetiva, - a doutora Silvia está aqui e o Roberto também e podem ratificar isso - quando tivemos um surto em Santa Catarina de doenças vesiculares. A nossa preocupação era que uma doença vesicular pudesse ser efetivamente febre aftosa. E aqui vou aproveitar o Miotto, que o ICASA é fundamental nesse aspecto, junto com o trabalho da Cidasc. Porque nós vamos na propriedade com os técnicos das empresas, a Cidasc, o ICASA, em conjunto com o Ministério, identificamos o problema, fizemos a coleta e, rapidamente, pegamos o material que foi coletado aqui em Santa Catarina, os outros Estados também fazem, só que os outros Estados colocam no avião de carreira essa amostra, para chegar em Minas Gerais, em regra lá no laboratório de Pedro Leopoldo, para fazer as análises, que é o laboratório habilitado para isso.

A gente, aqui em Santa Catarina, faz mais e mais rápido, a gente coloca em um avião fretado e temos o resultado em menos de 24 horas. Isso é um trabalho que o Ministério faz com excelência na análise laboratorial, e que nos dá a segurança de dizer: olha, a propriedade da Márcia, que foi interditada por 24 horas, está liberada para voltar a produzir, e pode ter um núcleo isolado aqui, ou ali. Esse é um trabalho que é conjunto, não é? Um trabalho que não é da agroindústria, não é um trabalho apenas do produtor, tampouco do Ministério e da Cidasc, de maneira isolada, ou do ICASA. É um trabalho que a gente faz em conjunto, o cenário aqui presente, com a qualificação. É fundamental, quando a gente trata de como nós chegamos aos certificados sanitários internacionais que nós temos hoje, e do reconhecimento fora do Brasil daquilo que nós fazemos aqui em Santa Catarina, porque o reconhecimento não é só interno, o reconhecimento é externo, e eu tenho que citar todos os atores envolvidos no sistema.

Em Santa Catarina nós temos, na criação de animais, três sistemas: o sistema do produtor independente, que é aquele em que ele assume para si todo o risco da atividade produtiva; temos o produtor integrado, que é o caso da Márcia, que é integrada a uma agroindústria; e temos o cooperado, que está ligado a uma cooperativa que, por sua vez, foi aqui citando a questão das cooperativas, às vezes, com uma cooperativa central, como é o caso da Aurora em Santa Catarina, que é uma cooperativa central e tenho as outras cooperativas ligadas a ela. Então nós temos o risco de atividade compartilhada. Os animais nesse sistema de integração e de cooperação, em regra, acabam pertencendo à integradora ou à cooperativa que, por sua vez, cede. Isso é importante, e por que eu estou mencionando isso? Talvez para nós todos, que estamos sentados aqui, seja muito claro, mas temos pessoas assistindo, que talvez não saibam como funciona o sistema. Então, esses animais são seguidos, levados à propriedade de um integrado, de um cooperado, exceto os independentes, que eles mesmo têm os animais, e depois esses animais voltam para a agroindústria.

Então, quando nós olhamos para o aspecto sanitário do Estado de Santa Catarina, nós temos um lucro compartilhado ou um prejuízo compartilhado. Porque se nós não cuidarmos do aspecto sanitário, o prejuízo não é só do produtor, é da agroindústria também, que é a detentora, que é a proprietária do animal. Então, quando trabalhamos, esse aspecto é extremamente importante para a gente poder chegar na questão de certificado.

Eu trouxe aqui um pequeno rol de alguns certificados que nós temos em Santa Catarina, e que efetivamente outros Estados acabam não tendo. Alguns têm outros não, e eu coloquei aqui, obviamente, aves e suínos. Então, só para a gente saber, não coloquei apenas aquilo que nos afeta com relação à suinocultura.

Então temos o Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul, Canadá, México, Emirados Árabes, Unidos, China, Arábia Saudita e a União Europeia. Esses certificados foram construídos a duras penas, é um trabalho de quarenta anos. A doutora Celles acabou de falar aqui que é um trabalho que, se nós temos 16 anos de certificado, temos pelo menos mais de 20 anos para trás, construídos com a vacinação, com o convencimento, no primeiro momento, para a tomada da ideia do Estado em resolver ser um Estado livre de aftosa sem vacinação, por um projeto do Ministério, é importante a gente ratificar isso, a ideia, o controle, em caráter nacional é do Ministério, as ações são conjuntas do Ministério e dos órgãos do Estado. Tanto que tivemos, no final do ano passado, nosso simulado de doenças de emergência sanitária, ali em Presidente Getúlio, e que foi, com todo respeito, um sucesso. E nós ouvimos, eu ouvi lá isso das pessoas que vieram dos outros Estados, dizendo: olha, é espetacular o que nós todos montamos aqui em Santa Catarina.

Então isso é relevante, isso é o que nos faz manter, e isso nos faz estarmos preparados, por exemplo, para o segundo momento, agora, que a doutora Celles falou, que é a questão da Influenza Aviária, porque até a porta do integrado, do cooperado, do produtor independente, aquele simulado, que teve por foco uma emergência sanitária em suinocultura, serve para a avicultura do mesmo jeito. Então as ações tidas ali, o preparo, aquilo que a gente fez, nos habilita a isso. Temos mais de 150 países aos quais nós exportamos aves e suínos. Eu só coloquei alguns certificados. *(Continua a exibição de imagens.)* E aí assim, eu trouxe esse panorama aqui para nós termos uma ideia, com números, porque nós recebemos um desafio, no início do ano, do governo do Estado, da Secretaria da Fazenda, e o Secretário Colatto aqui pode ratificar. Quando foi apresentado o quadro de arrecadação do Estado, colocando lá o agronegócio numa posição que nós sabíamos que não correspondia a aquilo que nós temos como movimento econômico, recebi o desafio do Secretário da Fazenda e do Secretário Colatto, para nós levantarmos alguns números e levarmos à Secretaria da Fazenda.

Hoje, em Santa Catarina, nós temos mais de 60 mil empregos gerados dentro da agroindústria, e nós temos, pelo menos, 10% disso aí. Temos mais de 6 mil vagas, que nós precisamos fomentar dentro da agroindústria. E acolhemos e recebemos mão de obra de outros Estados, temos recebido mão de obra estrangeira, de venezuelanos, nós temos recebido mão de obra de haitianos, temos aí há muito tempo isso, essas comunidades estão radicadas dentro do Estado de Santa Catarina.

Se usarmos o fator multiplicador da ESALQ-LOG, que faz os cálculos de quanto eu gero de emprego direto para indireto, eu tenho outros 480 mil postos indiretos de trabalho. Então, estou falando aqui, pessoal, de meio milhão de catarinenses, ou de habitantes de Santa Catarina, que trabalham direta ou indiretamente. E quando esse indireto é calculado na primeira linha, apenas de contato com o agronegócio, eu não estou falando do frentista do posto que abastecem o caminhão da agroindústria, não estou falando dele, estou falando do fornecedor de embalagem, estou falando do transportador. Então, essa é a primeira linha, que chegam nesses 480 mil postos de trabalho de maneira indireta.

Nós temos mais de 4 milhões de aves abatidas diariamente em Santa Catarina, somos um Estado de 7 milhões de habitantes, então temos, em dois dias de abate, o equivalente à população de Santa Catarina. Para ver a importância e a relevância que o nosso Estado tem, são mais de 34 mil suínos abatidos por dia aqui no Estado, é um número bastante relevante. Temos aí, entre integrados e cooperados, mais de 19 mil famílias trabalhando nesse sistema. E aí, quando eu coloco 19 mil, estou obviamente somando aves e suínos, e ainda temos toda parte da produção de ovos aqui no Estado de Santa Catarina, que nós não podemos esquecer. O nosso volume de exportação, e aí eu não lembro qual Deputado mencionou 40%, não, nosso volume é 70% do volume do Estado de Santa Catarina na exportação. Então, de toda exportação de Santa Catarina, em volume, o agronegócio representa 70% do total exportado no Estado de Santa Catarina. Nós temos cadeias extremamente importantes, além das nossas de produção de proteína animal, como a cadeia do leite, mel, alho, cebola, maçã, madeira, temos aqui, a cadeia de madeira muito forte então. O Estado é muito próspero no agronegócio como um todo. Eu, obviamente, aqui estou trazendo apenas um retrato do que é a produção de aves e suínos. A representatividade no PIB de Santa Catarina chega a 31%.

Dentro desse desafio da Secretaria da Fazenda, eu resolvi levantar alguns números, e nós chegamos a uma geração de movimento econômico, e faço aqui a *mea-culpa*, porque sempre falei em R\$ 5 bilhões, e eu apurei quatro fatores apenas, envolvidos aqui indiretamente, e cheguei a um número superior a R\$ 7 bilhões, e eu vou demonstrar para vocês.

As agroindústrias de Santa Catarina investiram, no ano de 2022, mais de R\$ 5 bilhões em ampliações, em novas plantas, então, é um investimento extremamente relevante, que alavanca o Estado como um todo, porque mão de obra - e a

Márcia tem uma empresa de fomento dentro do próprio sistema de integração, então ela sabe disso, isso movimenta muito. Nós temos algumas empresas aqui no sul do Estado, por exemplo, que são referência em equipamentos de alta tecnologia, e outras que são referência em nível nacional para a construção de galpão e de silo.

Então nós temos tudo isso que orbita, e não só aqui no sul do Estado, temos Chapecó, a região é muito forte também, então, que orbita aqui diretamente na produção da agroindústria. Com relação à produção e exportação de aves, só referenciando - ainda que estejamos falando de febre aftosa, falando da importância do certificado sanitário, - o nosso é o segundo Estado, com 21% da produção, e o segundo Estado também em exportação, com 24%. E por vezes, aconteceu nos anos de 2022, 2021, nós passamos o Paraná na exportação.

Então a gente fica trocando às vezes de posição com o Paraná, não na produção, que eles são muito maiores, é um Estado muito maior do que o nosso, mas na exportação, por vezes, nós passamos o Estado do Paraná. E quando falamos de suinocultura, nós somos o primeiro produtor do Brasil, responsável por 51% de toda a produção nacional, e o primeiro exportador, com 57% de todo o volume exportado em nível nacional, atingindo a possibilidade de exportarmos, trazendo divisas, movimento econômico aos Municípios, aos produtores e para toda a cadeia que orbita. [Transcrição: Jenifer Girardi / Revisão: Clovis Pires da Silva]

Então nós tomamos por base, quando o desafio foi trazido pela Secretaria da Fazenda, eu trouxe aqui (*aponta para imagem*) por base uma planta produtiva de 200 mil aves/dia ou uma de abates de suínos de 5 mil suínos/dia. Então, levantei as 19 plantas de aves, as 15 plantas de suínos e as fábricas de ração, aquelas que são das próprias integradoras e aquelas independentes, que produzem tanto para um quanto para o outro.

Eu levantei alguns números, por exemplo, o quilômetro rodado em veículos de extensionistas. O extensionista é quem vai lá vacinar, que a doutora Celles mencionou aqui, o cara que está lá na ponta, que vai lá na propriedade da Márcia. Um cara desse roda em média 3.000 km/mês e isso multiplicado pelos 1.200 extensionistas, que demos na somatória daquelas plantas que eu coloquei. Essa movimentação dos extensionistas traz um reflexo à economia do Estado de Santa Catarina, que já vou mostrar em seguida.

Além disso, a movimentação diária de *containers*, temos em média, mais ou menos, saindo das plantas e indo para os portos de Santa Catarina, em torno de 344 *containers*/dia. Isso me dá um número de 90 mil *containers*/ano, não só para os portos, mas também para o mercado interno.

Eu coloquei ali (*aponta para imagem*), um veículo só, um único veículo custa por mês, o único veículo que transporta animais ou *containers* até os portos ou até o meu cliente final, custa R\$ 75 mil/mês, e destes 75% do valor é em combustível e pneu. Onde que ele abastece? Ele abastece no posto de gasolina caro lá da região dele, não abastece na agroindústria, num posto de um integrado, mas em qualquer posto de combustível do Estado de Santa Catarina, trazendo divisas para dentro do Estado de Santa Catarina. Ele troca os pneus, os jogos de pneu do caminhão dele, numa loja daqui do Estado de Santa Catarina, trazendo também arrecadação de ICMS para o Estado.

Nós fizemos um levantamento da nossa despesa anual com transporte de cargas, daquele número de plantas que eu coloquei ali (*aponta para a imagem*), chegamos a um número superior de R\$ 3 bilhões, chegamos a um número superior de R\$ 650 milhões com a energia elétrica. As duas primeiras fontes, para quem não sabe, de arrecadação de ICMS de Santa Catarina são combustíveis e óleos lubrificantes, e energia elétrica, então, são as duas primeiras fontes. Nisso, aí, nós respondemos, somando as duas a quase R\$ 4 bilhões.

Olhando só os extensionistas, que eu falei daquela movimentação de 3.000 km/mês, que os 1.200 fazem, tudo bem, não é um número muito significativo, mas somando aos demais números em um ano dá mais R\$ 25 milhões de combustível e pneu do carro do extensionista, que vai lá na propriedade, que vai visitar a propriedade.

Além disso, a despesa anual com folha de pagamento, daqueles 60 mil empregados que mencionei, nós temos R\$ 1,8 bilhão, que é injetado diretamente no mercadinho do seu João, na loja de roupa da dona Maria e assim por diante. Ou seja, isso aqui chama movimento econômico. Quem vai gastar esse dinheiro é o empregado, vai gastar onde ele quiser e normalmente vai gastar na circunvizinhança dele, vai movimentar a economia do lugar. Além disso, o valor anual pago aos integrados, aos cooperados chega a R\$ 1,7 bilhão. Então nós temos folha de pagamento de R\$ 1,8 bilhão e pagamento aos integrados, aos cooperados, outros R\$ 1,7 bilhão somado aos R\$ 3 bilhões que eu gasto com o transporte.

Além disso, eu tenho ainda, só a despesa portuária, de colocar os *containers* ali até que eles sejam carregados e aquele movimento que se chama *handling*, o movimento de pegar o *container* e colocar para dentro do navio, isso me dá uma despesa anual de mais R\$ 50 milhões.

Esses números são de extrema relevância e que chegam a este número (*aponta para imagem*) de quase R\$ 7,3 bilhões de movimento econômico, só nesses aspectos que eu mencionei. Isso só é possível graças à existência dos certificados que nós temos de exportação. Se nós hoje perdêssemos os certificados aqui de exportação em Santa Catarina, na veia, na exportação, nós perderíamos, número final do ano passado, mais de US\$ 4 bilhões na exportação. Além dos US\$ 4 bilhões, que multiplicados por 5,2 vamos chegar a R\$ 20 bilhões, nós somaríamos, eu não diria R\$ 7,3 bilhões, mas isso tem muito mais em cima, talvez mais uns R\$ 10 bilhões. Nós estaríamos falando de um prejuízo econômico para o Estado de, no mínimo, R\$ 30 bilhões na arrecadação do Estado.

Então esses são números extremamente relevantes que eu queria trazer para entendermos que cada... isso aqui é resultado do esforço individual de cada um, de cada produtor, de cada Márcia, que está lá na ponta, de cada técnico da Cidasc, do Icasa, da Epagri – a Epagri faz um trabalho fundamental. Quando falamos da nossa produção, não podemos esquecer que 98,7% das propriedades de Santa Catarina têm até quatro módulos fiscais, ou seja, são pequenas propriedades rurais. Então o mesmo camarada que cria um animal, tem uma plantação, então, além do pessoal da Cidasc que vai visitar, além dos extensionistas, tem o pessoal da Epagri que está lá na ponta também cuidando da nossa vigilância vegetal em conjunto com a Cidasc.

Então nós temos todos esses aspectos integrados e isso, Deputado, é uma somatória, é ganha, ganha, ou todo mundo está junto, ou o Estado de Santa Catarina para de fazer o que está fazendo e vai buscar outra vocação, que foi construída há mais de cem anos, as nossas vocações que estamos colhendo hoje.

Eu queria encerrar parafraseando dois colegas de trabalho, um deles é o Osório Dalbello, que sempre dizia que o custo machuca, mas a sanidade mata, né? Então precisamos ter isso muito claro e nós temos, aí, períodos de sazonalidade que às vezes o custo machuca, Losivanio, né, experimentamos na suinocultura há dois anos um período bastante ruim com o fechamento de mercado da China e que refletiu bastante para dentro de Santa Catarina. E a última frase que eu queria colocar é do nosso presidente Ribas, que sempre diz o seguinte: eu não quero fazer parte da geração que perdeu o certificado sanitário de Santa Catarina. Eu também não quero e acho que ninguém quer.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Obrigado.

Eu quero registrar a presença das autoridades que se fazem presentes participando deste seminário; o senhor Adilson Schimitt, representando a Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária (Somovesc); o senhor Marcos Roberto Pacheco, diretor de Desenvolvimento Institucional da Cidasc; o senhor Jean Fabrício Moraes, diretor Administrativo Financeiro da Cidasc; o senhor Losivanio Luiz de Lorenzi, presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos – sempre presente nos eventos do agronegócio; o senhor Marcos Vinícius Neves, presidente do Conselho de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina (CRMV-SC); o senhor Osvaldo Miotto Junior, Conselheiro Executivo do ICASA; o senhor Reney Dorow, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Epagri; os Sindicatos Rurais, que estão acompanhando o evento pelo YouTube; a senhora Camila Bolfe, diretora de Planejamento e Inovação da Cidasc; o senhor Acácio Marian, vice-presidente do Sintagri; e o senhor Antonio Tiago da Silva, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina.

Passo a palavra para o senhor diretor de Defesa Agropecuária da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), Diego Rodrigo Torres Severo.

O SR. DIEGO RODRIGO TORRES SEVERO – Muito obrigado, Deputado Altair, em seu nome cumprimento a todos; o Secretário Valdir Colatto, também muito obrigado pela presença.

Vamos tratar agora do assunto da atualização cadastral, que é a participação do produtor nas ações de Defesa Sanitária Animal.

Hoje estamos fazendo o lançamento oficial dessa ferramenta, que também é fruto de mais uma parceria entre o setor público e privado. Vamos demonstrar aqui, vai servir como uma base para que possamos tomar todas as ações desempenhadas futuramente pelo setor de Defesa Agropecuária do Estado de Santa Catarina.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Então a Campanha de Atualização do Cadastro Agropecuário da Cidasc/2023 é uma campanha que está sendo lançada, vai ter duração de dois meses, primeiramente, para fazermos as primeiras avaliações de como está o nosso cadastro agropecuário. E o que é o cadastro agropecuário? É um conjunto de elementos necessários para a organização de um cadastro com fins de atenção à sanidade agropecuária. Então é tão importante para a Defesa Sanitária Animal quanto para a Defesa Sanitária Vegetal e também para a inspeção de produtos de origem animal que a Cidasc trata. O lançamento é hoje, somente da parte animal, mas futuramente vamos tocar também as outras ações de Defesa Agropecuária da Cidasc.

Então ele é composto, basicamente, por cadastros de proprietários e produtores, nada mais é do que o nome completo e o CPF, isso é bastante importante para qualquer tomada de ações; cadastros de todos os estabelecimentos agropecuários sejam eles grandes, pequenas propriedades ou até mesmo locais de criação de animais – tudo tem importância agora, né, Jorge, com a questão de Influenza Aviária, por exemplo, qualquer criatório que tenha duas aves, três aves tem a sua importância, sua relevância epidemiológica; cadastros das explorações agropecuárias, que chamamos de UEPs, que são nada mais do que todas as produções de animais dentro de uma mesma propriedade rural; e também entre outros de bastante importância para a Defesa Agropecuária, por exemplo, os cadastros que temos de aterros sanitários que podem ser um local de criatório irregular de animais, então, temos transmissões bastante importantes como do vírus da Peste Suína Clássica Africana e da febre aftosa, e também o cadastro de morcegos que são sugadores de sangue. Tudo isso faz parte de um cadastro agropecuário.

Eu vou fazer uma contextualização breve, Deputado, a respeito de como tudo isso começou. Em 1965 foi lançada a campanha de combate à febre aftosa, aqui no Estado de Santa Catarina, com a Cafasc, que é um órgão embrião da Cidasc, a Cidasc foi fundada em 1979 e uma junção desses órgãos é a Cafasc, que consistia nessa campanha de combate à febre aftosa, então, já há bastante tempo o Estado visualizou, vislumbrou isso como bastante importante para o setor agropecuário.

Aqui (*aponta para a imagem*) é um resgate histórico, fizemos um trabalho, uma varredura e um agradecimento especial ao colega de Blumenau, Ari Schilagenhauser, o nosso colega da Cidasc, que resgatou alguns documentos em perfeito estado, essa é a popular conhecida ficha rosa, onde fazíamos o acompanhamento das propriedades numa ficha que era guardada dentro de um arquivo, dentro de um Município de Santa Catarina.

Então vocês vejam que começa com dados do número do rebanho animal e quando eram vacinados, nessa época eram três vacinações anuais, que o produtor tinha que fazer. As vacinas ainda não tinham toda a tecnologia, até o ponto que chegaram há um tempo. Então fazíamos o cadastro basicamente com o lançamento nesta ficha rosa.

Ali (*aponta para imagem*) à esquerda podemos ver um documento do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura por meio da Cafasc e informando as datas que o produtor teria que fazer a vacinação – como eu falei antes, eram três vacinas. E à direita (*aponta para imagem*) uma declaração da aquisição de vacinas. Então trabalhamos nos anos 70, 80 e 90, basicamente, com esse tipo de atualização cadastral que se dava por meio de fichas, papéis guardados dentro de um escritório da Cidasc.

Outro documento histórico ali (*aponta para imagem*), agradecer ao colega de São José do Cedro, que também resgatou um laudo de febre aftosa – esperamos que fique por muitos anos, né, Jorge, como bem falasse ali, que fique somente na memória, nos livros e não tenhamos que ver novamente. No ano de 1990 um laudo de positividade, Delegacia Federal em Santa Catarina, o laboratório era chamado de Lapa, hoje é o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA), que fez esse diagnóstico e tivemos, como a Presidente Celles falou, o último caso de animais crioulos aqui em Santa Catarina em 1991. E tivemos o início da agulha oficial, quando vimos que o Estado empatava, que não conseguia sair daquela situação, tendo focos, o Estado fez a contratação de 2.500 mil vacinadores oficiais, chamados que faziam agulha oficial e por meio desses colaboradores alcançamos esse *status* em 1998 de Estado livre de febre aftosa com vacinação.

Vi o Fernando ali, se ele identifica a assinatura do documento à esquerda ali. O Fernando Driessen foi nosso ex-presidente. Então a evolução das campanhas cadastrais, em 2000 o Estado tomou esse corajoso passo de ir atrás do certificado livre de febre aftosa sem vacinação, e a última vacinação foi em março e abril deste ano. Eu quero chamar atenção ali (*aponta para a imagem*) naquela parte debaixo: mantenha a sua ficha atualizada. A ficha atualizada sempre foi uma questão epidemiológica, quer dizer para podermos tratar de todas as doenças que combatemos ou que queremos evitar que voltem ao Estado de Santa Catarina.

Depois partimos, nos anos de 2002, 2003, para o Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (LAC), utilizávamos... eu estava conversando com o colega (*ininteligível*), a menina que trabalha com ele, a Gabriela, nunca tinha visto, aquele era um Palmtop, um aparelho bastante evoluído da época, onde fizemos o lançamento de mais de 200 mil propriedades rurais de Santa Catarina. O LAC serviu para a Secretaria de Agricultura embasar todas essas ações políticas para a Epagri, para a Cidasc. Então esse foi um instrumento bastante valioso, onde fizemos um mapeamento da localização geográfica de todas as propriedades catarinenses no período. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Em 2007, depois de sete anos de caminhadas, fomos agraciados com o certificado de Estado livre de febre aftosa, sem vacinação. No ano de 2008, partimos para a identificação individual de mais de 4 milhões de bovinos, aqui no Estado, uma ação também dos vacinadores do Programa Agulha Oficial, foi a contratação de pessoas, em sete meses nós identificamos todos os bovinos e bubalinos do nosso Estado tanto que foi chamado do antigo PIB, que era o Projeto de Identificação Bovina e Bubalina. A partir disso, nós tivemos um sistema informatizado, saímos da ficha rosa, no ano de 2013 o produtor rural pôde solicitar sua GTA fora de um escritório, do Icasa ou da Cidasc. Isso faz somente dez anos, quando o produtor pôde emitir esse importante documento da sua própria casa, de um sindicato rural, da casa de um vizinho, muito importante para o cadastro agropecuário. Pela primeira vez ele pôde interagir com o sistema informatizado proporcionado pelo Estado de Santa Catarina.

Na parte da legislação, no ano passado, enviamos a proposta para o Deputado Estadual Altair, a Lei nº 1.853/2022 que consolida as datas e eventos alusivos no Estado, instituiu o mês de maio como o mês da saúde dos animais de produção em Santa Catarina, e nacionalmente o Ministério da Agricultura, por meio da Portaria nº 583, assinada pelo Ministro da Agricultura e Pecuária, instituiu a Campanha Nacional do Mês da Saúde Animal, consolidando não só em Santa Catarina como no País, um mês bastante importante.

Quais são os significados que tem o mês de maio? É o mês que a Organização Mundial de Saúde Animal realiza suas convenções anuais, é o mês que se inicia a vacinação para febre aftosa, de maio a novembro, por isso tem toda uma simbologia em ser nesse mês de maio.

Aqui a gente fala um pouquinho (*aponta para a imagem*) como manter o cadastro do Estado sempre atualizado, tem algumas maneiras de fazer de forma espontânea pelo produtor rural, *on-line* ou presencial. Toda vez que ele emite uma Guia de Trânsito Animal, uma GTA, ele está fazendo uma atualização cadastral, se a própria Cidasc fizer auditorias no seu sistema informatizado, realizando fiscalização das propriedades pelos técnicos da Cidasc e pelas visitas dos colaboradores do Icasa, assim a gente consegue fazer essa atualização cadastral. E o que estamos lançando agora, que é a campanha de atualização cadastral.

Essa aqui é a ferramenta que nos foi proporcionada por meio de uma parceria entre o setor privado e público, entre o Icasa e a Secretaria da Agricultura, foi colocado o Inova Defesa e nos proporcionou a ferramenta que se chama Conecta Cidasc. Como é que vai funcionar essa atualização do cadastro agropecuário neste ano? Dado início hoje, como eu falei, tem uma previsão de dois meses de duração, ela vai ser feita pelo proprietário da propriedade - porque a gente tem muitas propriedades que são arrendadas ou tem outras pessoas que cuidam. - de forma *on-line*, via sistema Conecta Cidasc e na plataforma *web* que, infelizmente, este ano não podemos fazer o lançamento do aplicativo, mas no ano que vem vamos fazer. Alguns dados ali que colocamos, o *login* é o CPF do proprietário, quem está habituado a frequentar os escritórios do Icasa e da Cidasc, é o CPF e a senha é a mesma do Sigen Mais, que é o sistema informatizado da Cidasc.

Mostrando aqui na página inicial da Cidasc (*aponta para a imagem*), colocamos um *link* à direita, em amarelo, atualização do cadastro agropecuário que vai levar a essa página e fala ali como fazer a atualização do cadastro deste ano. Tem dois vídeos de como enviar a atualização e embaixo como recuperar a ciência, se necessário. São vídeos de 1 minuto e pouquinho, o proprietário pode verificar o vídeo antes de fazer ou ele pode procurar um dos mais de 250 escritórios de apoio que temos do Icasa, ou uma das 150 unidades veterinárias locais da Cidasc, que temos espalhadas por todo o Estado de Santa Catarina.

Como que ele deve fazer? Ele pode também acessar diretamente pelo *site*, que é o conecta.cidasc.sc.gov.br, vai preencher o CPF e senha, clicar em entrar nessa tela. Vai aparecer esse formulário, que é um formulário desenvolvido para fazer atualização cadastral, vai ter alguns dados básicos ali, tem uma tela de boas-vindas primeiramente, que tem algumas orientações importantes, vai atualizar além do nome completo dele, logicamente, tem o telefone comercial e residencial, o celular é obrigatório e o WhatsApp é opcional. O e-mail também é opcional e tem uma pergunta, que é obrigatória, que tem bastante importância para o sistema agropecuário de Santa Catarina para a defesa, se a pessoa trabalha ou possui alguma propriedade

de suínos, ovinos, caprinos ou bovinos localizada fora do Estado de Santa Catarina. Esse é um dado bastante importante que é necessário para tomarmos diferentes ações, tem propriedades que vão ser de maior risco para a introdução de doença por causa, como a Márcia falou, de ter contato com outros animais de fora do Estado, com *status* sanitário diferente do nosso.

Para as pessoas vinculadas às propriedades, que são os filhos, marido, esposa ou arrendatários, é a mesma coisa também. Esse proprietário vai ter que preencher esses dados e algumas perguntas que vêm na sequência são todas obrigatórias, são sobre questões que vão auxiliar a Cidasc para a gente seguir modernizando os nossos serviços prestados, que é saber se esse produtor tem acesso à Internet e tem condições de fazer a emissão da guia *on-line* da sua própria casa. Algumas questões gerais de defesa sanitária animal, como por exemplo, se ele tem ataque de morcegos aos seus rebanhos ou se ele teve avistamento de javali também bastante importante para sabermos, o javali pode ser um disseminador importante de doenças. E algumas opiniões ali do proprietário sobre atualizações automáticas que hoje o proprietário deve fazer. Quando ele compra animais de alguém ou adquire ele tem que dar entrada desses animais, então a gente quer saber se ele quer que seja automatizada essa entrada, a partir do momento que eu vou lá na propriedade do Jorge, compro dele, automaticamente cai no meu saldo ou se eu vou seguir fazendo a entrada desses animais de forma manual.

A tela de finalizar, ele enviou, esse cadastro vai para o nosso banco de dados que vai ser verificado ainda, ele não é automaticamente feito, vai ser verificado ainda pela Cidasc se não há alguma discrepância para poder ser lançado de forma definitiva dentro do nosso sistema.

Então juntos fazemos, como foi bem falado por todos, um Estado de excelência. Ninguém faz nada sozinho, o setor público e privado tem que andar juntos, a Secretaria de Agricultura, por meio da Epagri e Cidasc casam um aliado bastante importante no apoio agropecuário. O setor privado que nos apoiou, o Jorge lembrou muito bem ali, o simulado foi um grande exemplo disso com o aporte de recursos do setor privado, a gente pode realizar essas ações de defesa agropecuária.

E vou pedir para o colega colocar o vídeo de três minutos do lançamento da atualização realizado pela nossa assessoria de comunicação. Agradeço bastante em nome da Jaque pela realização desse vídeo.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Localizou?

Passa o vídeo da Influenza Aviária e depois a doutora Celles faz um comentário desse da Influenza Aviária.

(Apresenta vídeo ilustrativo para falar sobre o tema.)

Doutora Celles, um breve comentário, não é especificamente sobre o tema de hoje, mas nós inserimos aqui para a gripe aviária. Se o colega localizar o vídeo após a fala da doutora Celles, a gente passa novamente para o doutor Diego fazer os comentários, por gentileza.

A SRA. CELLES REGINA DE MATOS – Sim, é bem oportuno que a gente ocupe esse tempo falando da Influenza Aviária.

Ela nunca havia sido detectado, esse vírus de alta patogenicidade, esse vírus que causa uma grande mortalidade, altamente contagioso, nunca tinha sido detectado no Brasil. Este ano, por meio da migração de aves, aconteceram casos no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e ontem foi confirmado o caso no Rio Grande do Sul, na Reserva do Taim. O Ministério da Agricultura e as agências de sanidade animal desses Estados estão trabalhando na contenção desses casos, são casos que estão acontecendo só em aves silvestres, nada de aves de subsistência e nem de avicultura comercial.

O fato de ser apenas em aves silvestres nos deixa ainda com a manutenção de *status* de País livre de Influenza Aviária. Ele deixaria de ser livre se tivesse essa doença na avicultura comercial, não temos e, se depender do nosso trabalho, não teremos. Santa Catarina está fazendo o seu tema de casa, a comunidade está bastante preparada e não paramos de trabalhar nesse sentido, estamos com todos os órgãos e instituições da sociedade catarinense e federal também constantemente atuando. Nós temos recursos que nos foram garantidos pelo governo do Estado, temos que ter os recursos antes que aconteça, recursos de equipamentos, recursos de contratos de laboratório, encaminhamentos, veículos, nós conseguimos essa estrutura, Presidente e Deputado.

Nós temos, hoje, um trabalho constante com o Ministério da Agricultura. Ainda ontem, doutora Silvia, estávamos em reunião na sexta-feira com o Ministro Carlos Fávaro também, onde ele nos colocou que só existem no mundo quatro países que não tem Influenza Aviária de alta patogenicidade na avicultura comercial, o Brasil, o Paraguai, a Austrália e a Nova Zelândia, então é uma pandemia a Influenza Aviária hoje no mundo.

Todos os esforços de fazer aquelas práticas diárias que a Márcia trouxe aqui, que é a vida, é a rotina do produtor rural e dos técnicos que vão às propriedades que o Jorge também trouxe, que é trocar o calçado, trocar a roupa, cuidar da caixa d'água coberta, fazer a cloração da água, não deixar o curioso entrar no aviário, só quem trabalha lá dentro, cuidar do arco de desinfecção, também dos veículos na entrada e saída da propriedade, fechar os aviários de modo que aves silvestres, outras aves, outros animais, não entrem na área de biossegurança, roedores. São aquelas práticas que disso não tem nenhuma novidade, mas mais do que nunca, disciplina nisso é o que está nos garantindo e é o que poderá nos garantir que não entre na avicultura comercial. No caso, se houver qualquer suspeita em ave silvestre, em ave de subsistência ou em ave comercial, sim, acionar a Cidasc, porque nós sabemos como conter esses casos caso haja alguma positividade.

São essas as minhas considerações. Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito Obrigado.

Agora nós abrimos espaço para as perguntas dos nossos palestrantes, aqueles que desejam enviar pelo chat do YouTube, pedimos que se identifiquem e digam qual o seu Município, de onde assistem.

Eu quero só para informar aqui a toda nossa equipe, nós temos mais de mil pessoas de técnicos e produtores e especialistas assistindo, neste momento, *on-line* pelo YouTube. É um número bastante expressivo, dado o interesse.

Agora eu até me recordo de uma etapa muito antes de nós nos envolvermos diretamente com a política, eu sempre fui um voluntário das campanhas e sempre participava muitas campanhas do Hugo Biehl e do Zonta. *[Transcrição e Revisão: Grazielle da Silva]*

Nós tivemos um episódio, quando o Governador era o Esperidião Amin, o Secretário era o Zonta e eu estava acompanhando um roteiro lá no oeste - o Fernando Driessen deve lembrar desse momento -, na comunidade de Sede Figueira, em Chapecó, a comitiva foi trancada na estrada e o motivo [da manifestação] era que os produtores queriam vacinar, porque tinha dado caso no Rio Grande do Sul. Foi um momento difícil na história de Santa Catarina, porque havia uma decisão de muito risco a ser tomada. E o então Governador, juntamente com o Secretário da Agricultura, na época, Deputado Zonta, tomaram uma decisão desafiadora - claro que juntamente com toda a equipe técnica, o Fernando Driessen era, naquele momento, o presidente da Cidasc, vivenciou todo esse tema -, e decidiram por não vacinar. Foi uma decisão corajosa e hoje nós colhemos o fruto daquela decisão tão importante. O Deputado Colatto, que na época já era Deputado Federal, acompanhava de perto todo esse tema e sabe da importância de uma conquista em várias mãos. Por isso, aqui, foi tão bem relatado que o grande desafio da nossa geração é exatamente manter isso.

Eu estive em um fórum da suinocultura, no Mato Grosso do Sul recentemente, em uma região onde a suinocultura cresce bastante e de forma muito empreendedora, mas eles exportam apenas 1% da sua produção. E lá o palestrante estava colocando os números, e os de Santa Catarina - por incrível que pareça, bate com teus números aqui -, apresentados do que ela exporta de carne suína para o mundo representa 54,7% de toda a produção nacional. Então, vejam bem o que isso significa e a responsabilidade que todos temos. E, evidentemente, que todos os Estados farão um esforço muito grande para copiar o modelo de Santa Catarina e Santa Catarina sempre esteve aberta para esse intercâmbio, esse diálogo técnico, porque isso interessa ao País e, se mais Estados conquistarem, nós vamos avançar mais fortemente no mercado internacional.

Então, só queria fazer esse comentário, porque relembrei daquele momento em que estava acompanhando a comitiva e fomos surpreendidos com os agricultores que nos trancaram na estrada pedindo para vacinar. Se nós, naquele momento, tivéssemos vacinado, talvez o nosso processo não estivesse tão adiantado como está hoje.

Apenas um comentário e agora está aberto para as perguntas.

(A equipe técnica comunica que o vídeo está pronto para ser projetado.)

O vídeo já está pronto, então, vamos voltar ao momento do Diego.

Por gentileza, passe o vídeo, Diego.

O SR. DIEGO RODRIGO TORRES SEVERO – *(Apresenta vídeo ilustrativo que trata sobre o tema da audiência pública.)* É isso, Secretário. Eu quero agradecer em nome da Cidasc, hoje respondo pela Diretoria de Defesa Agropecuária, à frente de todo o corpo técnico da empresa, uma ferramenta que vai nos ajudar a seguir na progressão.

Eu quero agradecer ao Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal que nos proporcionou, hoje temos os colegas aqui que, sabendo da falta do diretor por outras questões de campo, a Vanessa e o Odir, muito obrigado por terem organizado o material todo; o Rosemberg Tartari e a Débora Andrade por terem viabilizado o lançamento da plataforma, e também aos demais colegas, meus mais sinceros agradecimentos.

Obrigado pela oportunidade, Deputado e ex-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o senhor Antonio Tiago da Silva, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina.

O SR. ANTONIO TIAGO DA SILVA – Bom dia a todos.

Eu quero saudar o Presidente da Comissão, Deputado Altair e as demais autoridades já nominadas.

Deputado, não quero dirigir uma pergunta, mas quero fazer uma manifestação rápida de um ex-funcionário da Cidasc, que viveu tudo isso que foi dito aqui. Eu tive a oportunidade de trabalhar nessa empresa de excelência por 34 anos, 1 mês e 6 dias. Foi uma vida dedicada a esse segmento que, como o Jorge coloca, hoje é responsável por R\$ 22 bilhões no Estado de Santa Catarina. Quando o doutor Diego fala no nome do Ari, eu vou me arriscar a dizer o sobrenome dele, Ari Schlagenhauser, sabe por que isso, Diego? Porque eu tive a oportunidade de trabalhar todo esse período, como funcionário, em parceria com veterinários, com agrônomos, com os técnicos administrativos que eram os grandes responsáveis pela atualização daquela fichinha cor-de-rosa. Então eu vivi boa parte disso e a minha alegria é imensa de estar participando desse momento aqui, dos 16 anos de Área Livre de Febre Aftosa sem Vacinação.

Foram muitas corridas de facão e foice, que a gente até deixava o carro na propriedade e tinha que voltar com a Polícia Militar depois para busca-lo lá, porque o produtor não vacinava. E nós tínhamos uma missão fácil, como funcionários da Cidasc, na época, o vacinador chegava, o cara dizia que não vacinava e nós tínhamos que entrar na propriedade com o vacinador e vacinar. Então, a nossa missão sempre foi muito fácil, enfim. Isso é para contextualizar um pouquinho do que foi a minha vida, não a minha, a de muitos colegas que já não estão mais no meio, mas que deram sua contribuição de total importância para esse segmento.

Eu conversei semana passada com a doutora Celles e coloquei a ela que a minha inspiração, dentro da Cidasc, sempre foi um médico-veterinário chamado Clóvis Improta. Porque lá no início, quando se começou a trabalhar com agulha oficial, o Clóvis Improta tinha um trabalho de educação sanitária, que até então a Cidasc não dava tanto valor para aquilo. E, como discípulo do Clóvis Improta, quero dizer para vocês que: Sem a Educação Sanitária no campo a dificuldade para nós mantermos esse *status* vai ser maior. Nós temos que ter consciência de que a Educação Sanitária é fundamental. Aquilo que a Márcia faz na sua propriedade, eu tenho que dizer para o cara que se ele quer o emprego, ele não pode se misturar em outra granja, porque senão ele vai por em risco a minha propriedade e o emprego dele.

Nós precisamos ser bastante coerentes quando tratamos de defesa sanitária animal e vegetal. Nós temos aqui o exemplo da *Cydia Pomonella*, mas eu vou um pouquinho mais adiante. Eu acho que nós temos que ter uma forma de aumentar o orçamento da Secretaria da Agricultura. Deputado Altair, o senhor passou por lá como Secretário; Deputado Colatto, o senhor já esteve no passado e está lá novamente como Secretário, e tenho certeza que o orçamento na sua primeira passagem na Secretaria da Agricultura era muito maior do que é hoje.

Eu fico contente, presidente Celles, de estar hoje aqui, me manifestando como um ex-colaborador da Cidasc, uma empresa que vou defender sempre, porque foi dentro dessa empresa que eu construí a minha vida. Foi ali que sustentei meus filhos, foi ali que tive oportunidade de mostrar o meu potencial. Mas fico muito triste, muito - agora falando como representante de uma entidade sindical -, quando nós vamos para uma mesa de negociação e tem o desprazer de escutar dos tecnocratas da Secretaria da Fazenda, que nós somos empresas dependentes do Tesouro, que nós somos empresas deficitárias. Empresas que têm esse trabalho que nós temos, que a Epagri tem na pesquisa. Olha o exemplo que nós temos na maçã, no arroz, na banana, e, vamos parar, porque nós sabemos a quantidade que é. O trabalho de defesa que nós temos hoje, que por qualquer desleixo põe risco, põe em risco, 31% do PIB de Santa Catarina. Então, não podemos... Isso que eu estou falando, Jorge, é uma manifestação de mágoa que temos como ex-funcionário e que os funcionários atuais também têm, nós não somos deficitários. Quem está inserido no movimento de defesa agropecuária, de pesquisa e de extensão em Santa Catarina, e que é responsável ou divide a responsabilidade de uma arrecadação de R\$ 22 bilhões por ano, não pode ser deficitária.

Aqui, Deputados, eu queria apenas que registrassem a minha alegria de estar participando, como ex-funcionário da empresa, e tenho certeza que muitos queriam estar aqui no meu lugar, talvez dizendo o mesmo que falei, e já me referi ao nosso discípulo Improta e tantos outros que já se foram, que é bom não nominar, porque vamos acabar esquecendo alguém. Mas dizer da minha tristeza quando escuto a palavra empresa deficitária.

Eu só queria fazer esse registro e deixar um desafio aqui, para os Deputados. Nós precisamos resgatar parte do orçamento da Secretaria da Agricultura. Nós não podemos mais, não podemos mais ver o presidente da Cidasc, ver o presidente da Epagri, viver de pires na mão em Brasília atrás de convênios do Ministério da Agricultura para tocar essa ou outra ação. Essa função tem que existir, mas o grande responsável pela sanidade de Santa Catarina é o governo do Estado. E nós precisamos de aporte, de recursos financeiros para que essas duas empresas continuem a fazer o trabalho de excelência que fizeram em parcerias com o Icasa, com a agroindústria, com as cooperativas, enfim, com toda a cadeia produtiva do agro em Santa Catarina.

Deputado, de minha parte seria isso. Queria agradecer o espaço aberto para manifestação. E mais uma vez, Celles, em teu nome parabenizar todos os colegas da Cidasc. Uma vez Cidasc, sempre Cidasc.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o ex-Prefeito de Gaspar, representando a Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária (Somevesc), senhor Adilson Schmitt.

O SR. ADILSON SCHMITT – Bom dia a todos.

Pegando o gancho do colega que falou anteriormente, pena que não trouxe o livro hoje, mas tenho um livro do Clóvis Improta. Eu estive Secretário de Agricultura de 1997 a 2000, Secretário Colatto, e lá nós implementamos a Educação Sanitária. Pena que, passados aí 27 anos, isso não foi adiante. Então, a minha sugestão é bem clara: Você, Colatto, enquanto Secretário, Deputado e pecuarista, converse com o Secretário ou com a Secretaria de Educação, junto com os demais que estão compondo a mesa, e coloque isso na grade curricular das escolas estaduais e municipais, por intermédio da Fecam, para que se inicie esse trabalho. Sempre por meio das crianças é mais fácil você conseguir objetivo, os adultos já são teimosos, e os mais idosos já são mais complicados.

Se você trazer para a criança a responsabilidade... e eu, vendo aquele filme ali, lembrei das fichas cor-de-rosa do meu pai, da propriedade. Quando me formei em 1990, eu fazia vacinação lá, com o pai do Odi, doutor Valdir Gonçalves, nos idos de 1990 até 1993, quando as vacinações continuaram.

Então, a minha colocação é bem clara: Educação Sanitária é importante, e que se reformule, mas vá mais adiante, claro que se fala aqui em animais de produção. Estivemos eu e o presidente Marcos, visitando a presidente Celles, que por coincidência trabalhou em Gaspar, na minha época - enquanto eu era Secretário, ela era diretora da Vigilância Sanitária, somos contemporâneos -, que também se abra um espaço para os *pets*, porque hoje maus tratos e cuidados, não é o foco da reunião, mas tem que se levar em consideração, porque tudo sobra para a Cidasc e sempre a culpa é da Cidasc. E muitas pessoas não entendem qual é a função da Epagri, presidente, qual é a função da Cidasc, qual é a função da Secretaria, qual é a função do Ministério da Agricultura, a Superintendente está ali, como representante, qual é a função do Sindicato, qual é a função do Icasa e precisa ser explicado que cada um tem a sua responsabilidade, a sua obrigação e o seu dever, enquanto Faesc e Senar, todos têm que estar envolvidos. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

A Comissão de Agricultura é o foco. E, hoje à tarde, nós vamos visitar, enquanto Conselho Regional, os sete gabinetes dos membros da Comissão, individualmente, para explicar a nossa participação e a nossa colaboração. Então, Educação Sanitária, levem essa pauta adiante.

E quanto a dinheiro, o dia que disser que tem dinheiro suficiente para a agricultura, a pecuária e as campanhas de saúde animal, eu mudo de nome, mas sempre vai faltar.

Muito obrigado a todos e parabéns pela explanação da data comemorativa de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação no Estado de Santa Catarina. Eu parabenizo a todos que estiveram envolvidos desde... acho que você nem era nascido quando começou, eu sou de 1967, começou em 1965.

Obrigado a todos, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado pela contribuição.

Passo a palavra para o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), o senhor Losivanio Luiz de Lorenze.

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZE – Bom dia, Deputado Altair Silva, Presidente desta Comissão e também da Frente Parlamentar da Suinocultura, que, na sua última passagem como Presidente da Frente, a suinocultura estava em alta, espero que o senhor nos ajude a torna-la cada vez mais viável.

Quero cumprimentar o Deputado Colatto e os demais presentes aqui.

É uma satisfação podermos estar participando, porque Santa Catarina ainda tem esse diferencial - por mais que nas reuniões da Associação Brasileira de Criadores Suínos digam que os demais Estados estão iguais, agora presidente Celles, com essa certificação reconhecida internacionalmente -, que é a brincagem em todo bovino. Nós temos que cada vez mais buscar algo nesse sentido para continuar fazendo deste Estado promissor. De pequenas propriedades poderem exportar, que é o caso das indústrias, do cooperativismo, não é, doutor Jorge, onde uma pequena propriedade pode exportar por meio de todo esse trabalho.

O Diego comentou que tem 250 escritórios, 250 postos da Cidasc no Estado e temos 295 Municípios, e eu que ando muito pelo Estado, às vezes à noite, virando a noite para atender às agendas, quando vejo caminhões suspeitos - já aconteceu algumas vezes - eu paro no primeiro posto que encontro a frente e digo: Olha, não estou denunciando, mas dá uma fiscalizada. Porque esse é o papel da Cidasc, que sempre tem feito um trabalho diferenciado para manter essa nossa sanidade.

Nós sempre falamos para os nossos produtores, em todas as reuniões que fazemos ou eventos que vamos, que, independentemente se é família, amigo, parente ou alguém que ele suspeite de alguma coisa, faça denúncia. Não é por que é meu amigo que não vou denunciar se ele estiver fazendo alguma coisa errada, porque isso está colocando em risco não só o *status* do nosso Estado, mas as exportações do nosso País. Falamos aqui, do maior Estado, mas olhar o Brasil, o que exporta, o quanto tem de importância isso, não é Gilmar? Então isso nós temos que relevar cada vez mais.

O trabalho de sanidade, não só animal, mas também vegetal, presidente Dirceu, nós precisamos cada vez cuidar mais disso, É um trabalho que vemos. Quando a Márcia fala sobre essa questão sanitária, nós também temos uma Central de Sêmen da ACCS, que foi a primeira Central de Sêmen Suína em 1976 e quem fez foi a Associação Catarinense de Criadores Suínos em Santa Catarina. Isso mostra o quanto que Santa Catarina sempre saí na frente.

Em 2016, nós inauguramos a primeira [central], dentro do Bem-Estar Animal do Brasil, e nós temos hoje lá 150 machos de alta genética, que comercializam em torno de 18 mil a 19 mil doses de sêmen por mês atualmente. Sabemos da exigência que tem e não temos exceção dentro da central, é regra mesmo. É feito todo trabalho de orientação a todos os funcionários que são contratados. Nós temos videomonitoramento em toda a central, não só interna quanto externa. Então nós sempre olhamos o que acontece lá para que seja cumprido aquilo que precisa, as exigências do Ministério – temos aqui também a nossa representante – para que não possa ocorrer nenhum problema que possa estar levando para as propriedades. Imaginem se der algum problema lá dentro para todo esse volume de sêmen que é comercializado.

Nós temos também no bem-estar animal, desde a climatização, agora botamos até música, pegamos o pessoal da Embrapa para colocar e fazer com que os animais tenham a melhor condição possível para esse resultado chegar ao campo. Eu sempre digo que se nós temos uma propriedade de excelência, como a Márcia mostrou, mas chega um produto, um sêmen, comprometido lá dentro, isso coloca em risco a propriedade. Nós precisamos ter cada vez mais essa consciência.

A sugestão de colocar isso nas escolas é muito importante, porque os velhos são meio cabeça dura. A nossa geração já é um pouco difícil de aceitar, então, tem que começar um trabalho com quem está lá, com quem faz a diferença, que são o nosso futuro, e que fazem com que continuemos com essa sanidade. Podendo levar essa qualidade, não só, sempre se fala no mercado internacional, mas também para a nossa população.

Se realmente olharmos o controle que tem da sanidade em tudo que consumimos antes, ao morrer com 50 anos, se morria velho, agora, se morre com 80 anos, morreu novo. Por quê? É o cuidado que se tem com aquilo que vai a nossa mesa a cada dia.

Uma coisa que vi muito importante aqui, é que não é a responsabilidade do órgão de Defesa Sanitária, não é responsabilidade do governo, não é responsabilidade da indústria cooperativa, é a responsabilidade de cada cidadão catarinense para que possamos continuar cada vez mais melhorando isso que nós já temos de bom.

Eu sempre digo que hoje eu sou melhor que ontem, mas não tão bom quanto amanhã. É esse o pensamento que temos que levar para essa questão sanitária também.

Parabéns a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado.

Quero fazer um agradecimento muito especial a todos que estão aqui, aos que estão nos assistindo pelo YouTube.

Antes de fazer o encerramento desse seminário *on-line*, eu passo a palavra para o Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, o senhor Valdir Colatto.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO VALDIR COLATTO (SC) – Obrigado, Deputado Altair.

Quero cumprimentá-lo e a toda a Comissão da Agricultura da Assembleia Legislativa, os Deputados que passaram por aqui, porque precisamos muito do apoio político. Eu sei, porque vim desse mundo e sei como funciona e, com certeza, temos que envolver o mundo político nessa questão da agricultura. Aliás, uma agricultura que, às vezes, como o Tiago colocou as suas reclamações, que também sentimos e sabemos que temos muita dificuldade para mostrar para a sociedade brasileira a importância que tem a agricultura e a pecuária. Isso é uma luta que fazemos [sempre].

O Jorge, do Sindicarney, colocou aqui muito bem a visão da área econômica do governo, do nosso Governador Jorginho Mello - já estivemos lá dentro discutindo esse assunto -, há uma visão de que o setor do agro recolhe poucos impostos. Na verdade, eles não olham a cadeia, às vezes, olham só a exportação, o ICMS, essas coisas todas, mas não veem o conjunto da obra, que nós precisamos trabalhar.

Nós, infelizmente, perdemos espaço na mídia, ela não tem nos dado o espaço suficiente e o reconhecimento que nós precisamos. Fica aqui um apelo para que a mídia mostre o lado bom do agro, porque, na verdade, nós praticamente só apanhamos. A agricultura apanha todas as horas, apanha até dos nossos fornecedores de produtos defensivos agrícolas, que são lá de fora, quando os nossos produtos brasileiros chegam lá fora, não nos defende. É uma coisa engraçada que precisamos rever essa história, porque o pessoal vende para nós os produtos, mas lá fora eles contestam que nós estamos poluindo, que nós estamos usando muito defensivo e essas coisas. Já convivemos com isso lá em Brasília, no Congresso Nacional é assim, aqui também, e precisamos mudar esse quadro.

Eu agradeço a Assembleia Legislativa, que entrou nesse processo, e ao Altair que teve essa experiência como Secretário da Agricultura. E também dizer que fico satisfeito por ver todo esse pessoal trabalhando somente de um lado, trabalhando somente por uma causa, que são as indústrias, as cooperativas, o Ministério da Agricultura, a Cidasc, enfrentando o dia de campo, a Epagri, Icasa está junto, o Senar, tem muito mais órgãos que estão trabalhando. A nossa missão é juntar essas forças para poder ficar mais forte, até mostrar para a sociedade, para o mundo político, para os governos, não só estadual, federal, como municipal, a importância que tem o agro para todo o processo econômico e social que precisamos defender com unhas e dentes.

O Losivanio colocou muito bem, foi contundente nas suas posições, mas eu sei da luta que é lá, os produtores independentes de suínos, o que enfrentam e também os integrados, as cooperativas e isso tudo passa por nós.

A Secretaria da Agricultura tem esse trabalho, está montada a equipe, é verdade, nós não temos recurso, muito pouco, mas vamos batalhando para buscar.

Nós encontramos isso aqui não é um desabafo, mas uma realidade, a Secretaria da Agricultura sem quadro, nós temos dois funcionários que são efetivos da Secretaria da Agricultura. Quem nos ajuda e nos dá suporte é a Epagri, a Cidasc, o Icasa, esse pessoal todo que nos dá suporte e os técnicos para que possamos tocar [a Secretaria].

Então nós temos trabalhado do jeito que dá para poder mostrar a importância que tem a agricultura e também defender, dentro daquilo que podemos resolver.

É gratificante ver esses números, esses dados, que o próprio Jorge coloca, é importante lembrarmos disso. Eu fui testemunha, em uma reunião de um colegiado, onde a visão da Receita estadual é que em último lugar estava a arrecadação da agricultura. Eu até questionei os Secretários: Não, espera aí, vocês não estão olhando o todo, estão olhando só uma parte da situação. Então cabe a nós, mostrar isso tudo para que a sociedade reconheça e saiba da sua importância. E também aqueles que consomem os produtos que vêm da agricultura e que, muitas vezes, não reconhecem o valor desse produto que chega a sua mesa e não sabem quanto custa para chegar com qualidade na mesa de cada cidadão.

Eu acho que esse é um trabalho que nós estamos fazendo, está caminhando, todos que nos assistiram viram uma realidade colocada aqui, por todos os segmentos do setor e essa é a realidade que está lá no campo. O nosso produtor que está sofrendo no dia-a-dia, é esse homem do campo que acho que temos que reconhecer. Nós temos que aplaudir aqueles que estão lá na ponta - a nossa preocupação é manter vocês -, até porque, hoje, está muito difícil se manter um sucessor no campo.

Também parece que têm algumas coisas que trabalham contra a agricultura. Você vê as dificuldades que nós temos e além dessas dificuldades ainda tem gente que não ajuda e atrapalha. Vejam a questão trabalhista no campo, que nós lutamos muito para ter uma política rural, e você quer transferir, por exemplo, a política trabalhista da cidade para o campo, não fecha e não tem como acertar.

Não é por acaso que hoje nós temos dificuldade, por exemplo, ver a dificuldade que nós temos de contratação de pessoas que queiram trabalhar no campo. O pessoal não quer trabalhar, uma porque é difícil a lida e a outra porque tem Bolsa Família, bolsa não sei o quê, e não quer perder. Por isso vai ao campo não querendo a assinatura da Carteira de Trabalho, aí chega o fiscal e multa o nosso produtor, como se ele fosse o culpado de uma situação que o desfavorece de tocar a sua atividade.

Eu acho que nós estamos aqui no caminho certo. A sanidade realmente é um ponto importante, o Ministério da Agricultura está aí, a Secretaria da Agricultura, o governo do Estado lutando para que se possa mudar o quadro.

E a luta continua, com certeza, na questão de comemorar esses dezesseis anos sem vacinação da febre aftosa, como outras doenças, enfermidades e epizootias que nós temos que nos defender. Estamos enfrentando agora a influenza viária, para a qual eu aproveito para pedir a atenção, ajuda e apoio de todos, porque não tem nem o que pensar se acontecer à ocorrência aqui em Santa Catarina, pela importância que tem a avicultura, suinocultura, bovinocultura, enfim, todo o agro de Santa Catarina, que precisa se manter em pé.

Dá nossa parte vamos continuar lutando, ajudando e agradecendo sempre o apoio do Parlamento catarinense. E já deixando aqui o nosso pedido para que no Orçamento deste ano lembrem-se da agricultura para que possamos ter os recursos necessários. Todos sabemos que é do orçamento que vem realmente o reforço para que possamos tocar as atividades da Secretaria, das empresas e de toda a atividade que precisamos aplicar.

Muita gente não sabe o tamanho da agricultura, eu sempre digo que o pessoal acha que a Secretaria da Agricultura é uma Secretaria burocrática, que está ali em uma sala, um prédio e tal. Nós estamos nos 295 Municípios do Estado, está lá a Epagri, Cidasc e isso envolve recurso e o pessoal acha que a folha está muito alta, mas não sabe o trabalho que é feito lá embaixo no Estado e o tamanho da Secretaria.

Então acho que é essa a visão que nós temos que passar para o público e para a sociedade, para que reconheçam a importância da agricultura em Santa Catarina.

Obrigado, Deputado um bom-dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Quero agradecer as palavras do nosso Secretário da Agricultura, Deputado Valdir Colatto; a presença do Ernani Wogeinaki, Secretário da Agricultura de Três Barras, representando aqui a Amplanorte.

Registro a presença do ex-presidente da Cidasc, o engenheiro agrônomo Junior Kunz; também agradecer de maneira muito especial aos apoiadores deste evento, Icasa, Faesc, Senar, sempre presentes e apoiando as ações; o Sesc, os Sindicatos Rurais, o Sindicarne, a Somevesc, o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina; e aos realizadores, contamos muito com a Cidasc, a Epagri, a Alesc, a Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura. A todos, muito obrigado.

O mês de maio é muito especial, mas todos os meses são muito especiais para cuidarmos da sanidade, aliás, todo o dia, toda hora, todo instante.

Dizendo isso e nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a reunião. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

Deputado **Altair Silva**

Presidente

Processo SEI 23.0.000034538-5

_____ * * * _____

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 09 de agosto de 2023, às 13h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, diante da presença de modo virtual do Presidente o Senhor Deputado Marcos José de Abreu – Marquito, sob a vice-presidência do Senhor Deputado Fabiano da Luz, os Deputados membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente: Deputado Carlos Humberto, Deputado Lucas Neves substituído pelo Deputado Matheus Cadorin. Justificada a falta do Deputado Julio Garcia conforme Ofício de N° 0902664/2023 e do Deputado Lucas Neves conforme Ofício de N° 0901471/2023. Havendo quórum regimental, o Senhor Vice Presidente abriu a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo e Meio Ambiente cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 6ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Abrindo a ordem do dia, o Senhor Vice Presidente passou a leitura dos seguintes requerimentos: RCC/0137/2023, de autoria do Deputado Marcos José de Abreu - Marquito, requerendo convite para o órgão ambiental de Itajaí (INIS) para participação na reunião desta Comissão, objetivando apresentar a carta confeccionada no Seminário "Direito dos Oceanos" durante a The Ocean Race, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; RCC/0138/2023, de autoria do Deputado Marcos José de Abreu - Marquito, requerendo a realização de Audiência Pública, objetivando discutir a situação da Lagoa do Peri, que após colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; RCC/0139/2023, de autoria do Deputado Marcos José de Abreu - Marquito, requerendo a realização de Audiência Pública, objetivando discutir o cenário da água de abastecimento público do município de Balneário Camboriú, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Em sequência foram lidos dois requerimentos Extra Pautas: RCC/143/2023, de autoria do Deputado Marcos José de Abreu – Marquito, requerendo o encaminhamento ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), solicitando informações acerca do projeto para recuperação do bioma Mata Atlântica de concessão de três Florestas Nacionais (Flonas) da Região Sul: Três Barras e Chapecó, em Santa Catarina, e Irati, no Paraná, bem como sobre detalhamentos do novo modelo de concessão florestal que permite o uso comercial de florestas plantadas e a sua restauração por meio de silvicultura de espécies nativas ou recomposição florestal com a vegetação original da Mata Atlântica. Questiona-se se haverá a possibilidade de subcontratação do proponente para a realização de restauração de cada uma das FLONAs; se o julgamento das propostas será de melhor técnica e maior preço; se está previsto a possibilidade de na realização dos manejos para restauração o corte de espécies de árvores ameaçadas de extinção ou em extinção dentre outras, que após colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; RCC/144/2023, de autoria do Deputado Marcos José de Abreu – Marquito, requerendo a realização de convite para o Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil para, com data a definir, na Sala de Comissões, objetivando apresentar e esclarecer sobre o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, bem como acerca do mapeamento das áreas das regiões sujeitas aos desastres socioambientais. Considerando que a temática é pertinente a outras Comissões Permanentes requer, ainda, que seja encaminhado convite para realização de reunião conjunta para audição do convidado com as Comissões de Proteção Civil e Assuntos Municipais, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Isabele Bruna Barbieri, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 09 de agosto de 2023.

Deputado **Marcos José de Abreu - Marquito**

Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Processo SEI 23.0.000034668-3

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 304/2023**

Institui o Dia Estadual dos Aquicultores e Aquicultoras, a ser celebrado anualmente no dia 1º de setembro e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que "Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado" para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual dos Aquicultores e Aquicultoras, a ser celebrado anualmente no dia 1º de setembro no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º São objetivos do Dia Estadual dos Aquicultores e Aquicultoras:

- I - promover a importância da segurança do trabalho na atividade aquícola;
- II - divulgar informações sobre o trabalho da aquicultura e o dia a dia da atividade da aquicultura;
- III - conscientizar a população sobre a necessidade de aumentar o reconhecimento e valorização do papel das mulheres e sua participação no desenvolvimento sustentável da aquicultura;
- IV - sensibilizar a sociedade sobre a necessidade da ampliação do profissionalismo dos aquicultores e aquicultoras em vários polos da atividade, contribuindo para o incremento substancial da atividade da aquicultura.

Art. 3º O Anexo Único da Lei nº 18.531, de 5 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo único desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões,

Sergio Motta

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/23

JUSTIFICAÇÃO

A aquicultura em Santa Catarina é uma atividade importante que envolve o cultivo de organismos aquáticos, como peixes, camarões, moluscos e algas, em ambientes controlados, como tanques, viveiros ou áreas marítimas delimitadas.

Santa Catarina é um dos estados brasileiros mais ativos no setor de aquicultura devido à sua extensa costa marítima e condições climáticas favoráveis.

Alguns dos principais aspectos da aquicultura em Santa Catarina incluem:

Espécies Cultivadas: Diferentes espécies são cultivadas em Santa Catarina, com destaque para a produção de camarões, moluscos (como mexilhões e ostras) e peixes (principalmente tilápia e salmão).

Camarões: A criação de camarões, especialmente o camarão marinho *Litopenaeus vannamei*, é uma atividade importante na região. Essa espécie é cultivada em viveiros especialmente preparados para controlar as condições ambientais e alimentação dos animais.

Moluscos: A produção de moluscos bivalves, como mexilhões e ostras, também é relevante em Santa Catarina. Esses animais se alimentam filtrando a água e, portanto, são sensíveis à qualidade da água, o que destaca a importância do manejo adequado.

Peixes: A criação de peixes em cativeiro, como tilápias e salmões. O cultivo de tilápias, por exemplo, é uma atividade econômica para pequenos produtores.

Pesquisa e Desenvolvimento: Santa Catarina conta com instituições de pesquisa e ensino que apoiam o desenvolvimento da aquicultura, como universidades e centros de pesquisa. Essas instituições contribuem para a melhoria das técnicas de cultivo, sustentabilidade e qualidade dos produtos.

Regulamentação: A aquicultura é regulamentada por órgãos governamentais, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina. Esses órgãos estabelecem normas e diretrizes para a atividade.

Importância Econômica: A aquicultura desempenha um papel econômico significativo em Santa Catarina, gerando empregos diretos e indiretos, além de contribuir para a produção de alimentos de origem aquática.

Diante do exposto, com o objetivo de promover o conhecimento nacional da atividade da aquicultura e das funções desempenhadas pelos aquicultores e aquicultoras, apresento o presente Projeto de Lei que tem o objetivo de instituir o dia **1º de setembro** como o Dia Estadual dos Aquicultores e Aquicultoras.

Assim, considerando a importância da proposição, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 310/2023

Institui a Semana Estadual de Incentivo ao Consumo de Peixe e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Semana Estadual de Incentivo ao Consumo de Peixe, a ser celebrada, anualmente, entre os dias 1º e 07 de setembro.

Art. 2º São objetivos da Semana Estadual de Incentivo ao Consumo de Peixe:

I - Reunir a cadeia produtiva com o objetivo principal de fomentar e desenvolver o consumo de pescado no varejo e food service catarinense;

II - Consolidar uma terceira época de grande consumo de pescado, além da Semana Santa e do Natal;

III - Instituir uma cultura duradoura de consumo de peixes e frutos do mar em Santa Catarina.

Art. 3º O Anexo Único da Lei nº 18.531, de 5 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo único desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Ana Campagnolo

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/23

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo I da Lei nº 18.531, de 5 de dezembro de 2022)

'ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SETEMBRO

SEMNAS		LEI ORIGINAL Nº
Primeira Semana	<p>Semana Estadual de Incentivo ao Consumo de Peixe. Com o objetivo de:</p> <p>I - Reunir a cadeia produtiva com o objetivo principal de fomentar e desenvolver o consumo de pescado no varejo e food service catarinense;</p> <p>II - Consolidar uma terceira época de grande consumo de pescado, além da Semana Santa e do Natal;</p> <p>III - Instituir uma cultura duradoura de consumo de peixes e frutos do mar em Santa Catarina.</p>	

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Após uma construção com a Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca, na pessoa do Secretário Tiago Bolan Frigo e também com a ACAq - Associação Catarinense de Aquicultura, na pessoa de sua Presidente, Ofélia Maria Campigotto, apresento Projeto de Lei para instituir a Semana Estadual de Incentivo ao Consumo de Peixe.

A Semana do Pescado é um movimento nacional que tem como objetivo reunir a cadeia produtiva visando fomentar e desenvolver o consumo do pescado, apresentando uma oportunidade para que cada entidade, empresa, restaurante e, empreendimento, pessoa física ou jurídica, use a semana do pescado para impulsionar seus negócios e produtos. Igualmente, a festividade busca consolidar uma terceira época de grande consumo de pescado, além da Semana Santa e do Natal.

A campanha da semana festiva, nasceu em 2003, por intermédio do então Ministério da Pesca e Aquicultura e devido ao seu grande sucesso e importância, foi incorporado pelo setor privado que vem promovendo anualmente o evento, completando no corrente ano vinte anos, que será representado pela 20ª edição.

Outrossim, no intuito de homenagear uma campanha tão valorosa que promove a saúde e a qualidade de vida populacional através do estímulo da criação da cultura do consumo de pescado (que engloba todo animal aquático que é utilizado para fins alimentícios, como peixes, moluscos e crustáceos), institui-se a Semana Estadual de Incentivo ao Consumo de Peixe na primeira semana de Setembro.

Assim, considerando a importância da proposição, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.
Sala das Sessões

Ana Campagnolo

Deputado Estadual

(Assinado eletronicamente pelos deputados(as) Ana Caroline Campagnolo, Jessé de Faria Lopes, Maurício José Eskudlark, Fabiano da Luz, Tiago Zilli e Marcius da Silva Machado)

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÕES FINAIS****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 347/2022**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Cultural Alquimídia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Cultural Alquimídia, do Município de Florianópolis.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO**ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA**

.....
	FLORIANÓPOLIS	LEIS
.....
	Associação Cultural Alquimídia	
.....

”(NR)

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 351.0/2022

O Projeto de Lei nº 0351.0/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Altera o art. 5º da Lei 17.292/2022, que consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência, para determinar o prazo de validade do laudo médico que ateste a deficiência permanente".

"Art.1º. O artigo 5º da Lei 17.292, de 19 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º. Considera-se pessoa com deficiência a inserida nas seguintes categorias:

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz (quinhentos hertz), 1.000Hz (mil hertz), 2.000Hz (dois mil hertz), e 3.000Hz (três mil hertz);

III - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 (cinco centésimos) no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 (três décimos) e 0,05 (cinco centésimos) no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º (sessenta graus); ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência intelectual: origina-se antes da idade de 18 (dezoito) anos e é caracterizada por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, que abrangem muitas habilidades sociais cotidianas e práticas;

V - Transtorno do Espectro Autista, caracterizado como:

a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social, ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; ou

b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados e interesses restritos e fixos;

VI - deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências;

VII - deficiência orgânica renal crônica estágio V: pessoas com transplante renal, pacientes com insuficiência renal crônica, lesão renal progressiva e irreversível da função dos rins em sua fase mais avançada, com identificação no Código Internacional de Doenças (CID) pelos números CID N18.0, N18.9 e Z94.0 (rim transplantado); e

VIII - mielomeningocele (espinha bífida) Código Internacional de Doenças (CID) número CID Q05.

§ 2º. O laudo médico que ateste a deficiência permanente terá validade por prazo indeterminado e poderá ser emitido por profissional da rede de saúde pública ou privada, observados os demais requisitos para a sua emissão estabelecidos na legislação pertinente. (NR)

§ 3º. O laudo do que trata o §2º deste artigo poderá ser apresentado para as autoridades competentes por meio de cópia simples, desde que acompanhado do seu original, observado o disposto na Lei Federal nº 13.726, de 8 de Outubro de 2018. (NR)

§ 4º. A apresentação do laudo de que trata o §2º deste artigo não exclui o cumprimento dos demais requisitos para a obtenção dos benefícios desta lei. (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões;

Dr. Vicente Caropreso

Deputado Estadual

Julio Garcia

Deputado Estadual

MAURO DE NADAL

Deputado Estadual

Reporter Sérgio Guimarães

Deputado Estadual

SUBEMENDA ADITIVA À EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL - DO EVENTO 4, AO PROJETO DE LEI Nº 351/2022

Art. 1º. O §3º do art. 1º, da Emenda Substitutiva Global do evento 4, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º. O grau ou nível de deficiência atestado no laudo médico poderá ser revisto por exigência médico-legal de acordo com critérios técnicos e científicos. (NR)"

Art. 2º. O §4º do art. 1º, da Emenda Substitutiva Global do evento 4, passa a ter a seguinte redação:

"§4º. O laudo do que trata o §2º deste artigo poderá ser apresentado para as autoridades competentes por meio de cópia simples, desde que acompanhado do seu original, observado o disposto na Lei Federal nº 13.726, de 8 de Outubro de 2018." (NR)

Art. 3º. O §5º do art. 1º, da Emenda Substitutiva Global do evento 4, passa a ter a seguinte redação:

"§ 5º. A apresentação do laudo de que trata o §2º deste artigo não exclui o cumprimento dos demais requisitos para a obtenção dos benefícios desta lei." (NR).

Sala das Comissões,

Deputado **Dr. Vicente Caropreso**

Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 351/2022

Altera o art. 5º da Lei nº 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para determinar o prazo de validade do laudo médico que ateste a deficiência permanente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 17.292, de 19 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

§ 1º Considera-se pessoa com deficiência a inserida nas seguintes categorias:

I – deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz (quinhentos hertz), 1.000Hz (mil hertz), 2.000Hz (dois mil hertz), e 3.000Hz (três mil hertz);

III – deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 (cinco centésimos) no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 (três décimos) e 0,05 (cinco centésimos) no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º (sessenta graus); ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV – deficiência intelectual: origina-se antes da idade de 18 (dezoito) anos e é caracterizada por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, que abrangem muitas habilidades sociais cotidianas e práticas;

V – Transtorno do Espectro Autista, caracterizado como:

a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social, ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; ou

b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados e interesses restritos e fixos;

VI – deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências;

VII – deficiência orgânica renal crônica estágio V: pessoas com transplante renal, pacientes com insuficiência renal crônica, lesão renal progressiva e irreversível da função dos rins em sua fase mais avançada, com identificação no Código Internacional de Doenças (CID) pelos números CID N18.0, N18.9 e Z94.0 (rim transplantado); e

VIII – mielomeningocele (espinha bífida) Código Internacional de Doenças (CID) número CID Q05.

§ 2º O laudo médico que ateste a deficiência permanente terá validade por prazo indeterminado e poderá ser emitido por profissional da rede de saúde pública ou privada, observados os demais requisitos para a sua emissão estabelecidos na legislação pertinente.

§ 3º O grau ou nível de deficiência atestado no laudo médico poderá ser revisto por exigência médico-legal de acordo com critérios técnicos e científicos.

§ 4º O laudo de que trata o § 2º deste artigo poderá ser apresentado para as autoridades competentes por meio de cópia simples, desde que acompanhado do seu original, observado o disposto na Lei federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

§ 5º A apresentação do laudo de que trata o § 2º deste artigo não exclui o cumprimento dos demais requisitos para a obtenção dos benefícios desta Lei.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

————— * * * —————

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 361/2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Atlântico Futebol Clube (AFC), de Balneário Barra do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Atlântico Futebol Clube (AFC), com sede no Município de Balneário Barra do Sul.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
BALNEÁRIO BARRA DO SUL		LEIS
.....
	Atlântico Futebol Clube (AFC)	
.....

”(NR)

————— * * * —————

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 172/2023

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que "Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado", para acrescentar a Semana Estadual de Identificação e Conscientização sobre a Dislexia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Institui a Semana Estadual de Identificação e Conscientização sobre a Dislexia, a ser celebrada, anualmente, entre 3 e 10 de outubro.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.531, de 5 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a alteração constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 5 de dezembro de 2022)

“ANEXO ÚNICO**CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA****OUTUBRO**

.....
SEMANAS		LEI ORIGINAL Nº
Período entre os dias 3 e 10	Semana Estadual de Identificação e Conscientização sobre a Dislexia Durante a Semana Estadual de Identificação e Conscientização sobre a Dislexia, o laço azul com laranja será usado como símbolo de conscientização sobre a Dislexia.	
.....

”(NR)

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 279/2023

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Chapecó (FCD) para Fraternidade Cristã de Pessoa com Deficiência de Chapecó/SC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a denominação da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Chapecó (FCD) para Fraternidade Cristã de Pessoa com Deficiência de Chapecó/SC.

Art. 2º O item 85 referente ao Município de Chapecó do Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
	CHAPECÓ	LEIS
.....
85	Fraternidade Cristã de Pessoa com Deficiência de Chapecó/SC	12.479, de 2002
.....

”(NR)

* * *

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 280/2023

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação do Centro de Apoio à Pessoa Idosa (CEAPI São Miguel) para Centro de Apoio à Pessoa Idosa de São Miguel do Oeste (CEAPI São Miguel), de São Miguel do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a denominação do Centro de Apoio à Pessoa Idosa (CEAPI São Miguel), de São Miguel do Oeste, para Centro de Apoio à Pessoa Idosa de São Miguel do Oeste (CEAPI São Miguel).

Art. 2º O item 79 referente ao Município de São Miguel do Oeste do Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
	SÃO MIGUEL DO OESTE	LEIS
.....
79	Centro de Apoio à Pessoa Idosa de São Miguel do Oeste (CEAPI São Miguel)	17.549, de 2018
.....

”(NR)

CADERNO ADMINISTRATIVO**GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS****PORTARIAS****PORTARIA Nº 2194, de 24 de agosto de 2023**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada

pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RENE AUGUSTO HERZL**, matrícula nº 12169, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2023 (GAB DEP REPORTER SERGIO GUIMARAES).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000034754-0

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2195, de 24 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL nº 008/2020, firmado pela ALESC e a empresa KOMPETENZ CLIMATIZAÇÃO LTDA.ME, a fim de atender as demandas da DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL nº 008/2020, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – RAFAEL SCHMITZ, matrícula nº 8483, COORDENADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como Gestor; e

II – MANSUR MELQUIADES ELIAS JUNIOR, matrícula nº 1574, ANALISTA LEGISLATIVO III, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como fiscal;

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso I, fica designado, como substituto, o servidor ADIEL FERNANDES CIPRIANO, matrícula nº 1449, ANALISTA LEGISLATIVO II, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

§ 2º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor PAULO RICARDO GWOSZDZ, matrícula nº 2192, CONSULTOR LEGISLATIVO, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1869/2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000029645-7

————— * * * —————

PORTARIA Nº 2196, de 24 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL n° 009/2020, firmado pela ALESC e a empresa SOBERANA CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, a fim de atender as demandas da DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1° Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL n° 009/2020, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – RAFAEL SCHMITZ, matrícula n° 8483, COORDENADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como Gestor; e

II – MANSUR MELQUIADES ELIAS JUNIOR, matrícula n° 1574, ANALISTA LEGISLATIVO III, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como fiscal;

§ 1° Na ausência do servidor indicado no inciso I, fica designado, como substituto, o servidor ADIEL FERNANDES CIPRIANO, matrícula n° 1449, ANALISTA LEGISLATIVO II, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

§ 2° Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor PAULO RICARDO GWOSZDZ, matrícula n° 2192, CONSULTOR LEGISLATIVO, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

Art. 2° Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa n° 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Fica revogada a Portaria n° 1870/2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000029645-7

* * *

PORTARIA N° 2197, de 24 de agosto de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL n° 034/2018, firmado pela ALESC e a empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA, a fim de atender as demandas da DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1° Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL n° 034/2018, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – RAFAEL SCHMITZ, matrícula n° 8483, COORDENADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como Gestor; e

II – MANSUR MELQUIADES ELIAS JUNIOR, matrícula nº 1574, ANALISTA LEGISLATIVO III, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS, como fiscal;

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso I, fica designado, como substituto, o servidor ADIEL FERNANDES CIPRIANO, matrícula nº 1449, ANALISTA LEGISLATIVO II, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

§ 2º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designado como substituto, o servidor PAULO RICARDO GWOSZDZ, matrícula nº 2192, CONSULTOR LEGISLATIVO, lotação na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1868/2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000029645-7

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 025/2023

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

Nº DA LICITAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 1015569

OBJETO: Aquisição de utensílios de copa (copos de vidro, porta copos inox, xícaras com pires e jarras), de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

DATA: 11/09/2023 - HORA: 13:45h

ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Deverá ser encaminhada via sistema do Banco do Brasil (site www.licitacoes-e.com.br, licitação nº 1015569) até o dia 11 de setembro de 2023 às 13:45h. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Oberdan Francisco Ferrari
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000010780-8

EXTRATO

EXTRATO Nº 481/2023

REFERENTE: 1º Termo Aditivo celebrado em 21/08/2023, referente ao Contrato CL nº 046/2022, cujo objeto é a prestação de serviço de suporte técnico, garantia e atualização tecnológica por 36 (trinta e seis) meses de produtos Oracle (solução tape library).

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA

CNPJ: 59.456.277/0001-76

OBJETO: Acrescer à planilha constante na Cláusula Segunda 2.1.1 do Contrato Original, os itens "8", "9" "10", "11" e "12", os quais foram adquiridos em outro momento, razão pela qual se faz necessária a extensão da garantia, conforme solicitação

constante do Ofício Interno 0838397/2023/DTI-CR-GSAR, encaminhado pela Gerencia de Segurança e Administração de Redes. Diante do exposto, a Planilha constantes do item 2.1.1 do Contrato Original, passará ser a seguinte:

Serviços de Suporte Técnico de Hardware				
Item	Qtde	Un	Especificação do Suporte Técnico e Atualização Tecnológica para os Produtos:	Num. CSI
1	2	Serv.	Storage Tek SL 150 modular tape library: expansion module with 30 slots.	19764300
2	5	Serv.	Storage Tek SL 150 modular tape library: Power supply (for factory installation)	19764300
3	3	Serv.	Storage Tek SL 150 modular tape library: model family S/N: 464970G + 1449SY 3609	19764300
4	1	Serv.	Sistema biblioteca modular Storage Tek SL 150: base com 30 slots de cartucho ativados; unidade de fita 1 HP LT06 meia-altura 8GB FC com compatibilidade Oracle Key Manager, e conjunto de montagem de rack, SL150 LIBRARY, WDRIVER, HPLT06, FC; BASE CHASSI ASSY.	19764300
5	5	Serv.	Unidade de fita Storage TEK LTO: 1HP LT06 meia-altura 8 GB FC com compatibilidade Oracle Key Manager para Storage Tek SL 150.	19764300
6	6	Serv.	Cabo de força Jumper, 1.0 m, plug straight IEC60320-2-2 Sheet E (C14), conector IEC60320-1-C13, 10 A, 250 VAC	19764300
7	12	Serv.	Cabo FC StorageTek: 10 m, 50/125, duplex, riser, conectores LC-LC	19764300
8	2	Serv.	Biblioteca de Fita Storage Tek SL150: fonte de alimentação	21883665
9	5	Serv.	Biblioteca de Fita Storage Tek SL 150: módulo expansão com 30 slots	21883665
10	2	Serv.	Cabo de Força, PWR, IEC 320,3,SVT, 18AWG	21883665
11	2	Serv.	Cabo FC, LC-LC, 50/125, Dplx, R, 10M	21883665
12	2	Serv.	Unidade de fita Storage Tek LTO: 1 IBM LTO6, meia altura 8GB FC sem compatibilidade Oracle Key Manager para storage TEK SL 150	21883665

VALOR GLOBAL: R\$110.353,20 (cento e dez mil trezentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar a partir de 21/08/2023 (data sua assinatura) e ter efeitos a contar de 13/10/2023 (SEI nº 0878093).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso "I", alínea "a" e § 1º, todos da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.1 do Contrato Original; Atos da Mesa nº 149/2020 e nº 195/2020 e Autorização Administrativa através do despacho exarado pelo Diretor-Geral (SEI nº 0842062), nos autos do processo que tramita no SEI sob o nº 23.0.000026238-2.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes - Diretor-Geral

Ami Nadabe Ozelame – Diretor de Tecnologia e Informações

João Carlos Orestes - Representante da empresa contratada



Processo SEI 23.0.000026238-2

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ERRATAS

ERRATA AO DIÁRIO Nº 8.399, DE 23/08/2023

Na página 99, referente ao Projeto de Lei Complementar 020/2023,

Onde se lê: "1. elaborar tabelas e quadros orçamentários, financeiros, contábeis e estatísticos;"

Leia-se: "16. elaborar tabelas e quadros orçamentários, financeiros, contábeis e estatísticos;"

* * *



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia